



DL-01

Ses. Esp. 02/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, com o objetivo de discutir a situação da categoria no âmbito municipal, estadual e nacional, problemáticas e perspectivas, proposta pelo deputado Zé Neto.

Para compor a Mesa, convido: Sr. Deputado Federal Afonso Florence; Sr. Diretor da Atenção Básica do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Silva; Sr. Diretor de Atenção Básica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, José Cristiano Soster; representante da Fundação Estatal de Saúde da Família, Alison Souza; Sr. Secretário Geral da Fetrab, Federação dos Trabalhadores e Serviço Público Municipal do Estado da Bahia, Everaldo Braga; nosso amigo, companheiro, referência nacional de todas as lutas e da existência desse movimento, chamamos com muita alegria o grande Roque Honorato; Sr. Representante da Força Sindical, Enádio Nunes Pinto; Sr. Secretário da Febacs, Federação Baiana dos Agentes Comunitários da Saúde, Antônio Nelson do Rosário.

Estamos aguardando, nos próximos minutos, a presença do secretário de Saúde Jorge Solla. Está aqui a assessora especial Vânia Galvão. Assim que ele chegar, o convocaremos a fazer parte da Mesa.

Quero registrar a presença da deputada estadual que muito tem ajudado na luta dos agentes comunitários de saúde, deputada Fátima Nunes.

Presido a Mesa, mas nesse momento terei a palavra como proponente da sessão.



5872-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Zé Neto

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Presido a Mesa, mas nesse momento terei a palavra como proponente da sessão.

O Sr. ZÉ NETO:- Saúdo toda a Mesa em nome do Sr. Roque; saúdo todas as companheiras e todos os companheiros que vieram de muito distante, da capital e cidades ao redor para participar desse momento, momento muito oportuno que temos, talvez singular na história dos agentes.

Conversei com Antônio Carlos, representante do Ministério da Saúde, sobre as dificuldades que têm sido enfrentadas por esse movimento.

Conheço esse movimento desde o seu primeiro momento. A primeira associação de agentes comunitários da Bahia foi de Feira de Santana. Eu não fazia ideia do que seria minha vida na política, eu não fazia política, era apenas advogado, tinha vindo do movimento social das universidades – eu era da Universidade Federal – e trazia comigo um sentimento muito claro de contribuição às lutas sociais. Tinha escolhido, dentre essas lutas, a luta dos agentes comunitários como a luta que eu queria abraçar como companheiro. Naquele momento, não pensava em fazer política, não pensava em fazer outra coisa senão participar desse processo todo. Já se vão quase 22 anos. Falo de 2000 para 2001, quando começamos essa caminhada.

Hoje, conhecendo de perto esse movimento, convivendo com minhas amigas e amigos e tendo a grata satisfação de fazer parte da história dessa luta, com muitos companheiros marcantes nessa luta, como o companheiro Walter Pinheiro, que nos ajudou tanto, hoje ele é senador, como deputado federal e muito colaborou para que nós chegássemos onde chegamos. Eles ajudou nos primeiros passos, dentre eles o passo da estabilidade da categoria. Outros tantos também colaboraram, a exemplo de Afonso que continua colaborando na luta, mais recentemente na condição de deputado federal, e outros tantos da Bahia.



Sei exatamente qual é o sentimento que a maioria de vocês traz de cada canto deste Estado, de cada local de trabalho, porque nessa minha caminhada, no convívio com esses agentes eu aprendi muito. Sei como é chegar no interior e almoçar na casa de um agente ou de uma agente; chegar no interior e ir na cozinha e encontrar uma folhinha nossa; ou chegar no interior e numa sala encontrar ao lado da televisão, num cantinho algumas fotos e dentre elas eu no meio de vocês numa dessas caminhadas nesses últimos 21 anos.

Me sinto responsável, neste instante, por trazer este debate para esta Casa para que eu possa também ajudar vocês numa retomada de luta. Estão aqui Nelson e Sr. Roque, representantes diretos deste processo de luta da Federação da Bahia, para que retomemos o que fizemos no passado. A proposta, gente, da Emenda nº 51 com extinção de cargos – porque era isso inicialmente – para garantir a estabilidade dos agentes no Brasil veio da Bahia. A primeira federação do País – está ali o Sr. Roque – nós ajudamos e construímos juntos. A confederação foi fortalecida a partir das lutas que foram travadas aqui, na Bahia! E o presidente da confederação, que deu aqueles passos largos nessa luta de vocês, está ali sentado conosco. Por isso fiz questão de saudá-lo com mais contundência.

Neste instante, nós estamos precisando da história não para ficar revivendo a história, mas para alimentar o sentimento de retomada. Sou, como vocês sabem, deputado do PT, sou governo no Estado e sou governo no governo federal. Sei das dificuldades econômicas por que passam os municípios, o Estado e a União, mas sei também, mais do que qualquer outra coisa, que não haverá saúde de qualidade se não mantivermos com os agentes comunitários e com a atenção básica um trabalho consistente que possa, realmente, nos trazer uma saúde preventiva. (Palmas)

Acho mesmo que, inclusive, um debate, Afonso, que V.Ex^a na condição de deputado federal deve trabalhar é que devemos ter um percentual para atenção básica em cada um desses orçamentos. No orçamento municipal tem de ter lá o percentual para a atenção básica; no orçamento estadual tem de ter um percentual para a atenção básica; no orçamento federal tem de ter um percentual para a atenção básica.

E não é só isso! Quero levantar aqui agora uma das questões que já levamos, inclusive, ao ministro. Esta Casa, deputada Fátima Nunes, deve tirar – quero que minha



assessoria anote isso – um documento deste Poder Legislativo, que, tenho certeza, todos deputados vão assinar, para tirarmos da conta de receita de pessoal o recurso do município gasto com o agente comunitário. Isso vai facilitar a vida dos municípios, para que, na hora de colaborar conosco, possam dar a contrapartida. Porque não vai ter município dando a contrapartida se estiver com o orçamento todo comprometido como está. E eu sei o que estou dizendo. Se nós não tirarmos a saúde, neste momento, pelo menos a saúde imediatamente, da conta de pessoal, nós vamos ouvir a maioria dos prefeitos dizendo que não vão poder mexer nas contas, porque não têm receita e a receita já alcançou o limite prudencial. Então, essas questões têm de ser pensadas, porque não podemos fazer política de enfrentamento só na vontade! Não adianta fazermos só na vontade! Para chegarmos àquela conclusão de que nós tínhamos de ter um cargo em extinção e garantir que todos que fossem selecionados poderiam ter estabilidade, que é a mudança, eu diria, mais contundente na vida de vocês e a maior mudança da história da Constituição Federal do Brasil. Nada foi tão forte, tão contundente e tão valioso na vida deste País do ponto de vista do enfrentamento dos trabalhadores do que esta luta de vocês. E nós não podemos jogar isso agora no rol de uma situação de que vamos esperar o quê? Aposentar sem plano de carreira? Alguns estão propondo CLT. Tem que ter cuidado com o que está propondo, porque quando propõe CLT acaba a estabilidade. Ou vai trocar Chico por Francisco ou vai piorar nossa situação.

Tem que garantir que a a gente tenha o recolhimento do INSS dentro do município de forma adequada, podemos continuar a fazer isso num regime híbrido e tentar uma solução para essa situação previdenciária, mas garantir que a estabilidade não se perca. Não podemos perder a estabilidade para trocar pela CLT. Isso é perigoso para nós. Pelo menos não me convenceram que isso está certo e assumo uma posição com vocês, porque sei onde estou pisando. Mas estou convencido de que o movimento tem autonomia e estamos aqui para colaborar, e não somos donos da verdade, ao contrário, somos meros colaboradores da luta de vocês.

Quero convidar para fazer parte da Mesa o secretário Jorge Solla que acaba de chegar. (Palmas) Portanto, temos aqui um momento tão especial quanto aquele que garantiu o aumento de 40% nas verbas do Brasil, porque foi aqui também que retomamos a luta numa



Plenária bem maior do que esta, fomos à Brasília, incendiamos e, se Deus quiser, continuaremos a ser a maior bancada, a maior caravana e a maior força na luta nacional, como já fizemos no passado e vamos ter que reproduzir agora.

Mas agora vamos sim para o Congresso Federal, para o Senado, para exigir que se vote o que queremos, que é a emenda 63, para exigir que tenhamos a garantia de que vocês possam, neste instante, dar os passos que são necessários para que, votado no Congresso Federal e no Senado, tenhamos condição de buscarmos recursos junto com o governo federal. E o próprio governo federal tem neste momento que buscar o financiamento da saúde junto aos processos políticos que estão se dando no Senado, no Congresso e na própria sociedade.

Essa questão dos royalties que garantiu que tenhamos 25% e 75% para a educação já é um avanço, mas é preciso que tenhamos também acúmulo histórico para lembrarmos que quando tiraram a CPMF, que não alcançava nem 9% da população, porque não éramos nós quem pagávamos a CPMF, eu até pagava e pagaria de novo, mas quando a Oposição tirou a CPMF tirou mais de 42 bilhões por ano da saúde e da atenção básica. Esse recurso fez falta. Precisamos discutir financiamento, mas antes de qualquer coisa temos que voltar para Brasília para exigir do Senado e do Congresso que votem o pleito que vai garantir a vocês não só o plano de carreira, mas também um piso básico.

Quero dizer, Solla, já estou quase encerrando a minha fala, que antes de você chegar, amigo, estava aqui discutindo exatamente a necessidade de termos em nível federal. Primeiro, garantir que os recursos dos municípios e até do estado gastos com esses programas federais relacionados à saúde da família e a atenção básica sejam excluídos. Isso tem que ser feito no Senado e no Congresso, dá conta de pessoal. Este é um passo que vai dar folga para fazermos investimentos.

Outro passo é fazer com que tenhamos recursos de municípios, estados e União minimamente um valor especificado percentualmente em cada um desses orçamentos para atenção básica. Nós necessitamos neste instante de fazer com que esta luta seja retomada não apenas por uma questão profissional e financeira dos agentes comunitários de saúde, mas fundamentalmente, para não deixar que aconteça o que vi no interior e tenho visto esses dias.



Quero cobrar da Federação e dizer que vocês estão com uma boa oportunidade, neste instante, de retomar o que já se fez no passado.

Eu estou do lado de vocês. Estão aqui vários deputados que podem ajudar. Mas vocês, neste momento, têm a faca e o queijo na mão. Não pode acontecer o que vi em muitos municípios, Dr. Jorge Solla, vários agentes comunitários dizendo a mim que só estão esperando a aposentadoria. Não, nós não estamos esperando a aposentadoria. Nós temos que fazer, agora, é a revitalização desta nossa caminhada.

Nosso povo, lá na base, precisa dos agentes com mais motivação, mais alegria, ganhando melhor, com perspectivas e com financiamento muito mais adequado. Nosso povo, lá na ponta, foi para a rua dizer três coisas: uma, queremos vida melhor nas cidades grandes, na questão urbana de acessibilidade; as outras duas coisas mais ditas nas ruas foram: queremos mais saúde e queremos mais educação.

O que nós precisamos é recompor a nossa luta, não só por questões de interesse da categoria, mas, fundamentalmente, para que possamos voltar para as nossas bases, nossas trincheiras de trabalho com muito mais determinação, com muito mais alegria e com a vitalidade que marcou esse movimento até aqui.

Quero encerrar dizendo da minha grata satisfação em recebê-los.

Alguém me perguntou se poderiam colocar as faixas ali. Então, disse a menina do Cerimonial que poderiam colocar todas as faixas. Não há problema algum em colocar faixas. Nós não convidamos os agentes comunitários para virem de cidades até do Oeste e rodarem mais de mil quilômetros, como alguns que fizeram esta viagem, para chegarem aqui e não querer ouvir de vocês onde estão as suas insatisfações.

Nós estamos com companheiros. Hoje, como governo, não temos que nos esconder. Temos é que colocar na mesa com transparência quais são as condições que são possíveis ou que não são possíveis para nós caminharmos.

Uma coisa é certa, esta Casa, a Assembleia Legislativa, e o nosso mandato, especialmente, estarão sempre aberto a essa importante luta, que já marcou por demais e para melhor a vida do povo brasileiro.



Sejam bem-vindos! Daqui retomamos a nossa caminhada para Brasília e que possamos sair daqui com um documento adequado para levar ao Ministério da Saúde, ao Senado, ao Congresso Nacional e encaminhar ao secretário Jorge Solla, para mostrar que na Bahia tudo nasceu, ou seja, o Brasil nasceu aqui, a independência nasceu aqui, os agentes comunitários se fortaleceram por aqui com suas lutas. E aqui, mais uma vez, será “cabeça de pule” na luta nacional.

Valeu!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5873-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Or. Roque Honorato

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Convido para a Mesa o Sr. Vice-Presidente da Confederação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde, Adenilson Viana Rangel; (Palmas) o representante do senador Walter Pinheiro, Sr. Valdemir Coutinho. (Palmas)

Quero registrar a presença das caravanas de Camaçari, Subaúma, Piritiba, Mundo Novo, Campo Formoso, Central, Nova Vista, Povoado de Algaroba, Muritiba, Mutuípe, Antônio Gonçalves, Jaguarari, Ipirá, Varzedo, Pindobaçu, Lauro de Freitas, Salvador, Nazaré, Aratuípe, Vera Cruz, Miguel Calmon, Entre Rios, Esplanada, Saúde, Mirangaba, Santo Amaro, Itiúba, Itapicuru, Filadélfia, Itatim, Tanquinho.

Tem mais gente aqui. Pedrão, Rafael Jambeiro, Alagoinhas, Sr. Do Bonfim, Simões Filho, Cachoeira, Cipó, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Itiúba, Ituberá, Jiquiriçá, Macarani, Maiquinique, Maragogipe, Inhambupe, Itatim. Tem mais gente. Daqui a pouco daremos a relação. Vão passando, gente, para eu ler direitinho.

Gostaria de registrar a presença da companheira deputada Maria del Carmen e do deputado Federal Luís Alberto, inclusive quero convidá-lo a fazer parte da Mesa.

Vamos definir o tempo de até cinco minutos para cada orador. Para o Ministério e para a Secretaria de Saúde vamos conceder mais tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Roque para fazer uso da palavra.

O Sr. ROQUE HONORATO:- Quero saudar a Mesa na pessoa do colega Nelson, presidente do sindicato de Feira de Santana e que hoje está aqui representando a Federação Baiana de Agentes Comunitários de Saúde. Meu nome é Roque Honorato Santos, antes era Roque Grande, hoje, Seu Roque. É assim que sou chamado por todos.

Saudar, primeiro, as agentes comunitárias de saúde, saudando a amiga que tem uma luta muito grande e sempre está ao lado dos agentes comunitários de saúde, a professora Maria Ester, e também a professora Maria das Graças que estão aqui representando a Escola



Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde. Os agentes comunitários de saúde quero saudar na pessoa de Jair, o cantor da categoria.

Vou ser muito breve em minhas palavras, não vou levar cinco minutos, vou levar muito menos disto, porque estou bastante preocupado com a situação de um colega que veio conosco e passou mal no transporte. Levamos ele para a emergência e a médica pediu que ele fosse levado imediatamente para um hospital, porque a situação dele é muito grave. Isso deixa a gente com um sentimento de tristeza.

Neto, gostei de ouvir suas palavras, suas cobranças e seu entusiasmo neste momento que é um momento propício para que a gente esteja articulando sobre a situação da categoria dos agentes comunitários de saúde. Temos que estar à vontade, estou à cavaleiro para chamar atenção para uma reflexão e que este recado seja levado até o ministro da Saúde. Na semana que passou tomamos conhecimento pelos noticiários de uma pesquisa realizada durante duas décadas, que diz que, graças a Deus, houve uma redução muito grande da mortalidade infantil em nosso País. Isso nos deixa gratificados. Todos nós sabemos que a equipe de atenção básica é um fator preponderante, mas porque não lembrar, também, que a partir do momento em que foi criada a categoria de agentes comunitários de saúde, foi que começamos a reduzir a mortalidade de crianças e de gestantes e parturientes também, mas em nenhum momento se falou no agente comunitário de saúde. (Palmas) Sabemos que a imunização – e não podemos ficar distante dela em momento algum – só veio a ser configurada de verdade, no início, por pressão dos agentes comunitários de saúde, para que as mães, tias e avós levassem suas crianças até o posto de saúde, naquela época, para vacinarem as suas crianças.

Então, estes soldados que estão aqui presentes e os demais que não puderam estar presentes por estarem bastante longe, deputado Florence, estes soldados foram a ponta de lança para que isto viesse a acontecer.

É bom frisar, sem ferir ninguém, que este grupo deve ser bem lembrado. E para isso é necessário que haja um entendimento, uma socialização, para sentarmos à mesa e discutirmos a melhoria da qualidade de vida do agente comunitário de saúde, levando para



todos a questão salarial, porque ela é muito importante para que trabalhemos com dignidade e venhamos a ter o entusiasmo que Zé Neto citou aqui.

Estamos perdendo o nosso entusiasmo, porque, infelizmente, a política, quem nunca conviveu com ela, ao passar a conviver, verá que tem dessas coisas, age-se dessa forma. Sempre há forças ocultas que querem atrapalhar o andamento.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5874-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Antônio Nelson

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Obrigado Seu Roque. Com a palavra Antônio Nelson, diretor da federação e presidente do sindicato, nosso companheiro de Feira de Santana. Fiz uma provocação a ele, mas sabe que é para sairmos juntos. Estaremos em Brasília novamente nos dias 13, 14 e 15. Estaremos lá de novo.

O Sr. ANTÔNIO NELSON:- Bom-dia a todos, quero saudar a Mesa, vou devolver ao nosso ícone dos agentes comunitários, o nosso Roque Honorato, que tem nos ensinado muito nessa caminhada.

Amados colegas agentes comunitários, sintam-se bem agraciados por esse momento, mas não sei se cinco minutos dariam para falarmos. Fomos convocados para uma Assembleia, para falarmos dos nossos trabalhos, dos nossos interesses, direitos e deveres. Discordo destes 5 minutos e, como sindicalista que sou, não deixaria de falar. Cinco minutos para falar desta categoria tão sofrida é muito pouco. (Palmas)

Colegas, o deputado Zé Neto colocou algumas coisas, mas há seis anos atrás houve esta mesma sessão aqui na Casa, com o mesmo intuito, e nada foi mudado. (Palmas)

Percebemos que se você, no seu município, não buscar melhorias... A sessão aqui foi feita junto com deputados, que não foram esses, mas foram deputados. Acontece a mesma coisa.

Deputado Zé Neto, falar em nos unimos a partir de agora é uma demagogia, pois estamos unidos há 21 anos, colegas, estamos sofrendo. Éramos a pupila dos olhos de muitos políticos, mas o salário continuava o mesmo. A condição de saúde do agente comunitário é precária. Foi citada a questão da inclusão do nome do agente comunitário na questão da vacina. Vergonha?

A saúde mudou o *status* por nossa causa, agentes comunitários de saúde que fazemos o nosso trabalho. (Palmas!) Não peguei os dados nacionais, peguei os de Feira de



Santana. Não vinha para a Mesa. Quem vinha era a minha colega Lúcia, presidente da Federação. Estou aqui como sindicato, mas tive de representar a Federação porque estou como segundo secretário dela. Na falta de um colega, assumimos. Mas, na falta do compromisso do prefeito, o deputado assume? Não assume.

A verba vem de Brasília, os deputados federais disseram não à nossa PEC 63 na semana passada. Engavetaram. Então não aceito dizer que estamos começando a partir de agora, porque estava em Brasília e a nossa PEC 63 foi vetada. Não foi para o Plenário para ser votada. (A plateia se manifesta.) Não teve um deputado federal eleito por nós, da Bancada ou não, a favor ou contra a presidenta, que tivesse coragem de botar a PEC para ser votada. Engavetaram.

Dias 13, 14 e 15 a ideia é ir para Brasília e começar do zero. Sindicalista vai para a plenária falar o que está acontecendo com o trabalhador. Não é para enganar a categoria. (A plateia se manifesta.) Não sei como está nos outros lugares, mas em Feira de Santana estamos tendo uma tomada de reorganização diferente.

(A campanha toca sinalizando o final do tempo.)

O Sr. ANTÔNIO NELSON:- Eu disse que não daria tempo.

(As pessoas no Plenário se manifestam pedindo que o orador continue falando.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- V.Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O Sr. ANTÔNIO NELSON:- Então, deputado, a documentação que será feita aqui hoje deverá ser entregue na mão da Dilma, porque V.Ex^a tem livre acesso. Entregue a ela, porque é Dilma que irá assinar.

O problema é piso nacional para agente comunitário, uma categoria com melhores condições de trabalho. Está nas suas mãos, nas mãos de vocês. Então façam o que tem de ser feito. Não nos enganem com palavras bonitas porque estamos saturados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 02/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero dizer a Nelson, pois estou presidindo a sessão e tenho de responder, que a documentação que vamos tirar daqui é para levar ao Congresso.

Chamamos vocês para virem aqui para saber o que estão passando. Não estamos aqui para comemorar, e sim para nos encontrar e conversar. Foi sempre assim.

Mas lembro a Nelson que de seis anos para cá... Quero colocar o pingô no i para não parecer que convidamos vocês para alguma enganação. Desejo dizer isso porque nunca foi assim. Sempre estive e sempre estarei nesse processo de luta. Só que, quando levamos a Lula, foram pedidos os 40%, e ele deu 50%. O amigo está certo. Não deu a outra parte, que ficou no Congresso, pois depende do Congresso, do Senado. Aí, mais os 40% - nós conseguimos 40%. Conseguimos os 40%, e, de minha mão, saíram vários documentos, feitos por mim, inclusive, para várias prefeituras, posso dizer aqui; 44 prefeituras que levantei diretamente com os prefeitos para que eles passassem o integral que vinha de Brasília. Muitos agentes comunitários, que ganhavam um salário mínimo, passaram a receber melhor, incluindo os 40%, e alguns municípios, a maioria desses, deram o que chamamos de contrapartida. A grande maioria daqueles municípios que trabalhamos – pelo menos 44 – chegou a fazer um acordo e eles passaram a fazer o repasse do salário maior do que o salário mínimo.

O que reclamo, Nelson, é que há de se ter três focos de reclamações. Tem que ter o foco de reclamação do governo federal; no Estado, não temos problema nenhum, porque trouxemos o secretário daqui para dialogar com vocês para ver o que tem que ser feito no Estado... Quero lembrar, só lembrar a Nelson porque acho que você deixou aí uma coisa que preciso responder. Falta muita coisa. O papa, disse uma coisa importante na semana passada na televisão: “Quando uma árvore cai todo mundo fala do barulho; quando o bosque cresce, ninguém ouve nada.”



Aqui no Estado, quero dizer a você, Nelson, dizer que não teve nada. Nós tínhamos menos de 8% dos municípios desprecarizados. Hoje, 98% dos municípios já estão desprecarizados. Tem problema de recursos? Tem. E temos que pensar como é que faz. O que quero dizer é que lá em Feira, você tenha certeza de que o documento vai para o governo federal, vai para o governo municipal, e todos os municípios que estão aqui vão receber um documento nosso para que os prefeitos possam fazer o repasse da contrapartida que muitos não fazem, como é o caso de Feira de Santana, que paga o pior salário da Bahia. E você é presidente de sindicato. (Palmas)

Então, tem que sair para os três: sair para o município, sair para o Estado e sair para o governo federal. De minha parte, não quero aqui partido político. Nós temos a condição de dar apoio a luta de vocês, como abrimos as portas, mais uma vez. O desafio está aí. Não só o desafio, mas está aí a provocação. Eu não disse que está desunida. Aliás, se tivesse desunida nós não fazíamos o que fizemos hoje aqui. Eu disse é que nós precisamos retomar o mesmo ímpeto do passado, a mesma vitalidade, a mesma organização. E eu, quando a Bahia toda, posso dizer que muito poucas reuniões foram feitas nos últimos três anos, nos municípios e região. E nós precisamos fazer com que isso se torne novamente uma realidade.

A próxima inscrição é do representante do apoio sindical Enádio Nunes (manifestação no plenário inaudível)... Não, não tem que reclamar gente. Ninguém veio aqui... a gente veio para ouvir vocês todos vocês.



5875-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Enádio Nunes Pinto

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Sr. Enádio Nunes Pinto.

O Sr. ENÁDIO NUNES PINTO:- Bom-dia a todos e todas. É um prazer estar em família, porque cada ACS e cada ACE para mim é como se fosse um irmão. (Palmas) Como já quebrei o protocolo, queria dedicar a minha fala a uma colega chamada Cleidivanda, que nos deixou por um trágico acidente no mês passado. Assim, dedico a minha fala aqui a ela (Palmas). Agora, assim, quero saudar a Mesa na pessoa de quem está presidindo, deputado Zé Neto; Cristiano; meu conterrâneo o deputado Luís Alberto, que é de Maragogipe; os demais membros da Mesa, sem esquecer o Dr. Jorge Solla, esse Secretário; Everaldo, do Sindseps a quem chamo de “Pombo Sujo”, com muito carinho, mas falar dessa categoria. E, aí, é bom fazer o histórico, porque muitas pessoas lembram só do hoje, mas do ontem temos de relembrar. No início do século XX, existia o DNERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais – mais diversas campanhas como varíolas e tal. Isso se fundiu quando se criou a Sucan – Superintendência de Campanhas Públicas. Esses foram os primeiros guardas sanitários que faziam o trabalho campo a campo, desbravando este Brasil todo. Este é o antigo agente de combate às endemias.

E, aí, no início dos anos 1990, foi criado, através do PACS-PSE, os agentes comunitários de saúde. E não podemos nos esquecer que o ano de 2006 foi como se fosse a nossa carta de alforria. Criou-se a lei nº 11.350 que nos deu a liberdade que temos hoje. Em 1º de fevereiro de 2006 com a Emenda Constitucional nº 51 e em outubro com a lei nº 11.350. Aqui, hoje, parabênizo o Dr. Jorge Solla, porque, hoje, no estado da Bahia, dos 417 municípios, apenas dois – Milagres e Piraí do Norte – ainda não estão desprecarizados. (Palmas)

E, aí, assim, aqui, o colega Nelson fez um discurso. Parabéns pelo seu discurso. Mas, Nelson, tem uma coisa aqui que não vou negar: o que eu era e o que sou hoje. Eu era



terceirizado. Aliás, acredito que todos aqui eram terceirizados. E nós comemos o pão que o diabo amassou, porque o cargo de agente de saúde era um cabide eleitoral, onde só se colocava quem apoiou a campanha. (Muitas palmas). Hoje somos servidores estatutários. Só em alguns municípios os agentes ainda são celetistas. Gostaria de dizer que foi com a ajuda dessas pessoas que hoje estamos onde estamos.

Temos de ter muito cuidado para não jogar criança com água suja do banho. Não podemos cuspir nunca no prato que comemos. (Muitas palmas). Temos de entender quem sempre nos apoiou, porque foi com este governo que você, Nelson, que era terceirizado, hoje, é servidor público. Portanto, temos de trazer aliados e não afastar quem sempre quis ajudar a gente.

Estou falando isso, porque tem uma frase que diz o seguinte: a árvore, quando está sendo cortada, observa com muito tristeza para o machado, porque sabe que o cabo também é de madeira. Então, o momento aqui é de união.

Estou colocando isso, porque em diversos municípios, gente, existe uma questão ainda que falta definir que é o ACS e o ACE. Acho que ACS e ACE são únicos. Somos regidos por uma única lei federal nº 11.350. (Muitas palmas). Fico triste, deputado Luiz Alberto, visitando diversos municípios quando vejo os agentes comunitários de um lado e agentes de endemias de outro lado. É uma espécie de briga interna que não leva a lugar nenhum. Acho que aqui, gente, a palavra de ordem é união. (Muitas palmas)

E, aí, deputado Zé Neto, proponho a esta Casa uma indicação de projeto de lei para acabar com as nomenclaturas de agente comunitário e de agente de combate às endemias. Deve-se criar uma única nomenclatura: agente de saúde! (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Boa ideia.

O Sr. ENÁDIO NUNES PINTO:- Quero, aqui, saudar e deixar um abraço para a presidente da Força Sindical Estadual, Nair Goulart. Não posso esquecer também, sendo maragojipano, pois sou agente de combate às endemias aqui em Salvador. A direção da Associação dos Agentes está ali com Paulo, Ricardo e Valdilene. Quero aqui fazer uma saudação especial e, ao mesmo tempo, fazer um pedido. Gostaria que os agentes de saúde de Salvador se levantassem. Quem é de Salvador, gente, por favor, levante a mão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Uma parte dos presentes em plenário levanta a mão.) (Palmas)

O Sr. ENÁDIO NUNES PINTO:- É isso aí! Os meus parabéns aos guerreiros e todas as guerreiras que, neste momento, se fazem necessários. E nos dias 13 e 14, estaremos indo a Brasília para buscar o que é nosso, porque a união se faz desta forma.

E viva os agentes comunitários! E viva os agentes de combate às endemias!
(Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5876-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Jorge Solla

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Gente, vamos ouvir todas as vertentes de pensamentos. Lembro-me de que, como o Sr. Roque, nós passamos 40 dias. Eu fazia parte da comissão nacional para ajustar a norma federal que seria votada e foi votada para incluir os agentes, pois, à época, não era de endemias, eram os mata-mosquitos como chamavam os agentes da dengue. Hoje são agentes. Concordo que se há de estar junto neste processo. Acho que a ideia de Enádio tem de ser muito bem pensada e absorvida.

Ouvi Nelson. Fui citado. Falou cinco minutos. O outro falou. Todos vão falar. Solla está aqui e ouviu as críticas, pois ele é o secretário de Saúde e está muito consciente, também, de que ninguém veio para cá fazer festa tampouco comemoração. Todos vieram para cá reclamar e nós temos de ouvir e temos de fazer o máximo para cumprir o consenso que for possível.

Claro, há de se distinguir quem, verdadeiramente, está trabalhando nesta trajetória de construção e quem faz deste movimento um evento meramente político.

Quero, aqui, registrar as presenças dos agentes comunitários da Secretaria de Saúde de Antônio Cardoso e do coordenador de Atenção Básica. Citarei as presenças de representantes dos municípios de Candeias, Santo Estevão, Bravo, Serra Preta, Catu, Santo Amaro, Lençóis, Valente, Ponto Novo, Salinas, Escola de Formação Técnica e Saúde Professor Jorge Novis, Escola Técnica do SUS, Secretaria Municipal de Saúde de Cipó, Associação dos Agentes Comunitários de São Felipe. Já estamos com mais de 78 municípios aqui presentes. Vamos chegar, pelo menos, a 90. Registro, também, a presença da Sr^a Maria Célia Moreira Andrade, vice-prefeita de Itaju do Colônia; da ACS de Teodoro Sampaio.

Solla não vai poder ficar até o fim, pois ele já tinha me colocado isso. Ele tem uma reunião importante, também, com relação aos hospitais da Bahia. Ele veio para cá, a fim de retornar à Secretaria de Saúde.



Passo a palavra ao Secretário Jorge Solla pelo tempo que achar necessário para colocar os seus posicionamentos com mais tranquilidade para todos os agentes de mais de 80 cidades que vieram para te ouvir.

O Sr. JORGE SOLLA:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero, primeiro, saudar todos os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate a endemias, enfim, todos os agentes de saúde, como Enádio colocou aqui. Gostaria de saudar todos os companheiros que não puderam estar aqui nas pessoas de todos vocês, pois, junto com vocês, eles constroem o dia a dia do Sistema Único de Saúde em cada município e em cada bairro.

Quero parabenizar o deputado Zé Neto por esta iniciativa. Saúdo as deputadas Maria del Carmen, Fátima; os deputados federais Afonso e Luiz Alberto; o nosso amigo e representante do Ministério da Saúde que já esteve na nossa equipe na secretaria, Antônio Carlos; nosso diretor de atenção básica, José Cristiano Soster; Alisson Souza, representando a Fundação Estatal de Saúde da Família; Everaldo Braga, da Federação dos Trabalhadores do Serviço Público.

Envio um abraço carinhoso para o Sr. Roque, pois, para mim, ele é uma pessoa muito especial porque foi o primeiro agente comunitário com quem tive a oportunidade de trabalhar junto e construir junto com ele. Até hoje, são mais de 20 anos que nós nos conhecemos. E ele está com a mesma energia. Nem parece que se passou tanto tempo. (Palmas)

Enádio, nosso amigo aqui representando a força sindical, parabenizo pelo seu trabalho à frente da associação. Saúdo Antônio Nelson do Rosário, da Federação Baiana de Agentes Comunitários de Saúde; Adenilson, vice-presidente da Confederação; Valdenir, representando o senador Walter Pinheiro.

Primeiro, além de parabenizar a iniciativa do deputado, quero parabenizar a todos vocês que se estão mobilizando, que continuam a luta e estão nessa trajetória. São mais de 20 anos de atuação dos agentes comunitários de saúde. Hoje, digo a vocês que temos de comemorar sim. E comemorar não tem contradição com lutar. Comemorar não tem nenhuma contradição contra organizar, reivindicar. Comemorar não tem nenhum enfrentamento.



Não posso deixar de comemorar, de lutar e reivindicar, pelo contrário, quanto mais vocês tiverem de lutar e comemorar mais capacidade social vocês terão de reivindicar. E vocês têm muito a comemorar, toda a população brasileira tem muito a comemorar nesses mais de 20 anos de atuação dos agentes comunitários e dos agentes das endemias e do Sistema Único de Saúde. E, às vezes, Sr. Roque, é bom a gente puxar um pouco a memória, porque geralmente as conquistas vão sendo introjetadas e vamos esquecendo o passado. É bom a gente estar lembrando.

Quando conheci Sr. Roque, gente, quando começou o programa dos agentes comunitários aqui na Bahia, o que não faltava era criança desnutrida. Estão lembrados desse tempo? Tem muita gente nova aqui, mas quem está nessa trajetória há 20 anos lembra quanta criança desnutrida tinha. Lembro-me do primeiro encontro de agentes comunitários feito aqui na Bahia, e Efigênia, nossa amiga, era coordenadora, lá no Hotel da Bahia, na época o ministro era Adib Jatene, lembro de fotos e depoimentos que os agentes comunitários trouxeram, crianças gravemente desnutridas que tinham sido salvas, recuperadas. Sr. Roque está lembrando que foi em 13 de novembro de 1995 esse encontro.

Se a gente voltar atrás, é bom lembrar quanto os agentes comunitários salvaram de vidas de crianças com desidratação, com diarreia, quanto foram importantes no combate à cólera. Tinha gente que dizia que o cólera não iria acabar no País. E acabou, acabou há muito tempo. Ir a cada casa, visitar cada família para fazer o combate cotidiano foi fundamental para que isso acontecesse. Então não temos mais a quantidade de crianças desnutridas e desidratadas que tínhamos há 20 anos. Só isso já seria um grande motivo para estarmos comemorando.

Mas, além disso, estamos falando de uma época quando os agentes comunitários começaram - Sr. Roque lembrou aqui muito bem - a coisa mais fácil que se via eram casos de sarampo. Não era, não? Vou fazer 30 anos de formado e o que mais vi quando comecei a trabalhar foi criança com sarampo, gente com rubéola. O “mal de sete dias”, quem lembra o último caso que viu? Mal de sete dias, para quem não lembra, era o tétano neonatal, que levava uma grande quantidade de anjinhos, como o pessoal costumava chamar. Inclusive eu ouvi outro dia uma notícia ótima, as funerárias estão deixando de fabricar caixão para



anjinho. (Palmas) O que significa isso? Que a mortalidade infantil caiu enormemente em nosso País.

Gente, essas coisas não aconteceram por acaso. Não aconteceram espontaneamente. Não deixou de ter criança desnutrida, criança desidratada, mortalidade infantil, sarampo, rubéola, de tétano natal por acaso. Para isso acontecer, precisou um batalhão de profissionais de saúde trabalhando, precisou a gente ter construído no Brasil, ter colocado na Constituição de 1988 que saúde é um direito de todo a população. E não é assim em todos os países do mundo, não. O Brasil é o único com mais de 100 milhões de habitantes em que toda a população tem direito à saúde, a saúde não é privilégio de alguns poucos. Não foi sempre assim, não. Era diferente antes.

Então o marco da atuação dos agentes comunitários, dos agentes de endemias corresponde e coincide muito com o marco da construção do Sistema Único de Saúde. Cada um de vocês teve um papel destacado nessa história.

Não sei se vocês viram a maior revista e a mais conceituada na área de saúde do mundo é *The Lancet*, da Inglaterra. O semanário publicou, recentemente, uma pesquisa feita por um grupo de professores daqui da Universidade Federal da Bahia que mostrou o quanto reduziu a desnutrição infantil e o quanto reduziu a mortalidade infantil.

A revista mostrou que os dois grandes responsáveis por essa redução foram, de um lado, o Bolsa Família que deu comida para as crianças poderem passar sua fome, que fez com que as famílias deste País tivessem dinheiro para botar comida dentro de casa e, do outro lado, o Programa de Saúde da Família, através da atuação de agentes comunitários de combate às endemias (Palmas), enfermeiros, técnicos de enfermagem (Palmas) e profissionais de saúde do SUS. (Palmas)

Deputado Zé Neto, quando se juntaram os programas Bolsa Família e de Agentes Comunitários – o PSF e os agentes de endemias – no mesmo município, foi onde se obtiveram os melhores resultados. Então, temos muito a comemorar, muito mesmo.

E, graças a isso, vocês têm autoridade social de chegar à população do seu município, ao seu prefeito, ao seu secretário, ao secretário estadual da Saúde, ao governador, à presidente ou a qualquer pessoa que ocupe qualquer cargo ou a qualquer instituição para



dizer o que vocês fizeram. Vejam, vocês fizeram e têm o papel destacado na saúde em nosso País.

Então, não há nenhuma contradição nisso. Esta é a primeira coisa que quero deixar claro a vocês.

É o contrário. Quanto mais pudermos comemorar, quanto mais motivos tivermos para comemorar, mais autoridade social nós temos para reivindicar mais conquistas ainda para os trabalhadores de saúde, incluindo os agentes de saúde. E mais! Nós temos autoridade para reivindicar mais recursos para o Sistema Único de Saúde. (Palmas)

Nós iremos, junto com os nossos deputados Luiz Alberto e Afonso Florence, aqui presentes, mais toda a bancada, na próxima segunda-feira, às 17 horas, ao Congresso Nacional. O Conselho Estadual de Saúde, através de uma comissão, estará indo com os parlamentares. Vamos entregar mais de 1,5 milhão de assinaturas de eleitores brasileiros apresentando ao Congresso Nacional um projeto de iniciativa popular para que a saúde passe a ter 10% dos recursos federais (Palmas) para o Sistema Único de Saúde.

Hoje, vocês sabem que os Estados têm de gastar, pelo menos, 12%. E, aqui na Bahia, desde que o governador Wagner entrou, isso passou a acontecer, porque, antes, não tinha. Não tem dez anos que o Estado cumpre com a sua obrigação com a saúde na Bahia. Tem data. Só se começou a botar os 12% a partir de janeiro de 2007. Antes, essa determinação não era cumprida. (Palmas)

Os municípios têm de botar 15%. E a maioria dos municípios coloca. Mas não vamos, também, aqui, esconder o sol com a peneira. Há municípios que até hoje não botam os 15% da saúde, inclusive a nossa capital. Não vou falar da atual gestão que começou em janeiro deste ano. O prefeito anterior teve muita dificuldade para comprovar 15%. E suas contas foram rejeitadas principalmente porque não aplicou 15% na saúde. Mas reconheço que a maior parte dos municípios já faz isso.

E, agora, também, precisamos ter uma participação maior do governo federal. Por isso, na segunda-feira, estaremos lá para reforçar esta reivindicação. E quando vocês forem ao Congresso, quando vocês forem a Brasília, por favor, além das pautas específicas de cada trabalhador da saúde, há uma pauta comum a todos e comum a toda a população, pois, sem



ela, a gente não conquista as pautas específicas, porque não adianta aprovar um piso se não tiver dinheiro para pagar.

Adianta? Claro que não adianta. Não adianta reivindicar e não adianta aumentar a lista de medicamentos para o SUS se não tiver dinheiro para pagar. Não adianta eu conseguir dinheiro no Ministério da Saúde para, além dos cinco novos hospitais que o governador Wagner entregou na sua gestão, construir o sexto ou o sétimo, se não tiver dinheiro para custear depois, para pagar a folha de pessoal, para pagar os medicamentos para o que o atendimento seja realizado. Adianta? Não adianta. Essa é a primeira pauta, 10% dos recursos federais para a saúde é a nossa pauta principal, e é ela que vai assegurar a possibilidade de todas as outras conquistas que a partir daí nós conseguiremos e que vão se somar a todas que nós já tivemos antes.

Foi muito importante, em 2006, aprovarmos a Emenda Constitucional nº 51, não foi? Foi fundamental! Foi muito importante aprovar a Lei nº 11.350. Foi fundamental! Mas eu digo a vocês – Enádio lembrou bem e Manoel me permita refrescar um pouquinho a sua memória – que não basta aprovar a lei, aprovar a lei é só uma parte da história. É preciso aprovar a lei e é preciso ter dirigentes nas instituições que cumpram a lei (Palmas). Não adiantaria nada ter aprovado essas leis, se não tivéssemos feito aquela luta aqui na Bahia, a partir de janeiro de 2007. Aí tem data novamente, não foi em 2006, não foi em 2005, não foi em 2004, começamos em 2007, fizemos, e eu digo no plural porque vocês atuaram, eu atuei, os prefeitos, os vereadores, os deputados, os secretários municipais, todo mundo entrou nessa luta.

É bom que vocês se orgulhem, porque a Bahia fez o maior movimento dos legislativos municipais da história. Nunca! Eu quero que me mostrem qual foi a lei que foi aprovada em 415 dos 417 municípios da Bahia. Alguém conhece alguma? A mesma lei! Nós sentamos com os prefeitos, com os secretários municipais e com os agentes de saúde, aprovamos no Conselho Estadual de Saúde, aprovamos na Comissão Bipartite, fizemos duas propostas de lei cuja única diferença era se o regime seria estatutário ou celetista, e fomos para dentro de cada município discutir com os prefeitos e com os secretários. Hoje apenas dois municípios ainda não desprecariaram a contratação dos agentes. Somente dois. A gente



tem de divulgar quais são esses dois municípios até para constrangê-los, para que a gente possa, o mais rápido possível, voltar à Assembleia Legislativa e comemorar os 417 municípios, todos eles com os agentes regularmente contratados (Palmas). Só faltam dois: Milagres e Piraí do Norte. Gravem aí, por favor, para divulgar! Botem nos Anais da Assembleia: Milagres e Piraí do Norte.

(Várias pessoas da plateia falam fora do microfone)

Ipirá? Vamos checar essa informação depois para marcar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Secretário, eles estão falando a respeito da questão dos agentes de endemias.

O Sr. JORGE SOLLA:- Pronto!

Eu queria sair daqui... O primeiro compromisso que eu gostaria de firmar com vocês eu já falei, que é lutarmos para conseguir os 10% do governo federal para a saúde. O segundo compromisso é mobilizarmos a federação, a confederação e o Conselho de Secretários Municipais.

Eu vou marcar uma reunião e chamar para essa reunião os prefeitos e secretários dos municípios que ainda não resolveram para ajudarmos a resolver essa situação dos raros que estão faltando. Mas essa foi uma conquista importantíssima que vocês têm de se orgulhar. Eu me lembro, Sr. Roque, de uma reunião que eu fiz com o senhor em Valença, com os agentes daquele município, e saímos de lá constrangidos e consternados porque uma agente comunitária tinha falecido e sua filha e o seu filho ficaram sem a mãe e sem nenhum amparo, sem nenhum apoio, sem nada. Naquela época, e até então, o agente comunitário adoecia e não tinha licença-saúde, não tinha direito a férias, a mulher não tinha direito a licença maternidade, e hoje essas conquistas são fundamentais.

Agora, eu gostaria de pegar um terceiro ponto com vocês que é importante. A pauta salarial, a pauta de reivindicação dos direitos trabalhistas é muito importante, muito foi conquistado e, obviamente, ainda haverá de haver novas conquistas e essa mobilização de vocês é fundamental.

Mas tem uma outra pauta, gente, além dos 10% da saúde que eu já lembrei, tem uma terceira que a gente não pode esquecer: qual é o nosso papel enquanto trabalhador de



saúde? O que nós fizemos, o que nós estamos fazendo e o que nós precisamos fazer para a saúde da nossa população?

Felizmente eu falei aqui para vocês que não existe mais criança desnutrida, mas nós temos que colocar na pauta a segurança alimentar, porque está aumentando a obesidade nas crianças porque estão comendo mal, estão se alimentando de forma inadequada, está aumentando a diabetes na infância, estão aumentando outras doenças. É incrível isso, olhe que mudança, Sr. Roque. O agente comunitário de saúde, que lutou contra a desnutrição infantil, agora vai ter que lutar contra a obesidade infantil e vamos ter que fazer isso, sim.

Nós aprovamos ontem, o governador Jaques Wagner publicou hoje a política estadual de segurança alimentar. E segurança alimentar não é só dar o que comer, não é só assegurar acesso à alimentação, diz respeito também à qualidade da alimentação, fazer com que ela seja uma fonte de saúde. É o nosso papel, e nós vamos ter que batalhar juntos.

Na vacinação, na imunização o nosso desafio não acabou. Sabem por que não acabou? Porque nós temos o maior programa de vacinação do mundo e o Brasil tem que comemorar e se orgulhar de ter o maior programa de vacinação do mundo, e a cada ano nós estamos incorporando novas vacinas. Nós vamos vacinar as nossas meninas contra HPV, e eu tenho certeza que cada um de vocês vai ter papel destacado para evitar câncer cérvico uterino nas mulheres a partir dessa ação.

Ano que nós vamos incorporar a vacina contra a Hepatite A, e o mesmo sucesso que tivemos contra a Hepatite B nós vamos ter contra a Hepatite A, porque cada um de vocês vai lá visitar cada família, vai chamar cada pessoa, vai convocar como vocês fizeram com as outras vacinas. Por que a diarreia infantil caiu enormemente nos últimos anos? Vacinação contra o rotavírus, um sucesso. Hidratação, sucesso. E nós temos que continuar com esses desafios, mas não podemos parar por aí, gente.

Nós vivemos duas grandes epidemias na modernidade e tenho certeza que vocês vão poder fazer muito mais do que já fazem. De um lado a epidemia dos acidentes e das violências. Chega de ver todas as semanas jovens vítimas de acidentes de motocicleta em cada um dos municípios de vocês. Quantas vidas já foram perdidas e quantas pessoas estão mutiladas em função da falta de segurança no trânsito! Não é pouca coisa. Se qualquer um de



vocês entrar, hoje, na emergência do HGE, em Salvador ; do Prazo Valadares, em Jequié; do Hospital de Base, em Conquista; do Hospital do Oeste, em Barreiras, vocês vão ver lá que praticamente metade dos pacientes graves são adultos jovens, vítimas da violência no trânsito, vítimas da violência nas cidades. E a outra metade é o quê? A outra metade são idosos em geral, que é uma coisa boa, nós estamos ficando mais velhos, não é só Sr. Roque e eu que estamos envelhecendo, não. Luiz Alberto também está envelhecendo, Zé Neto está ficando com os cabelos brancos, todos nós estamos ficando mais velhos.

Mas, com isso, aumentam os problemas de saúde. A hipertensão que não foi controlada, não é assim, vai virar um acidente vascular cerebral, um derrame. Aumentam os problemas relacionados à diabetes, que não foi controlada, é a pessoa que vai perder a função do rim, vai ter insuficiência renal. Então nós precisamos avançar, também, no controle da hipertensão e diabetes, e tenho certeza que vocês têm muito a fazer nessa ação.

E nas doenças infecciosas, de um lado tem o grande desafio da dengue, que está longe de ser debelado. Nós precisamos, e tenho certeza que vamos ter capacidade de superar esse desafio, e avançarmos, Zenaide, num combate mais efetivo à dengue. Se o combate contra a dengue, até hoje, não é efetivo, isso não é culpa do agente de saúde. Nós não temos ainda todas as armas nesta guerra. E o nosso exército tem de ser mais bem trabalhado e municiado.

Então, precisamos mobilizar mais, incorporar novas ferramentas, aperfeiçoar o trabalho de campo e avançar. Em muitos municípios, eles têm conseguido resultados muito positivos com uma arma: é mobilização. A arma mais forte que se tem para combater a dengue é mobilizar cada cidadão e cada indivíduo. Nós temos de conscientizar as pessoas de que o trabalho não é só do agente de saúde, mas o trabalho é de cada cidadão, onde ele mora e onde ele trabalha. E, do outro lado, tal trabalho envolve todas as instituições nessa conquista e neste enfrentamento.

Eu queria pedir a vocês um apoio. Acho que a gente reivindica da Presidência da República, reivindica do ministro da Saúde. A gente, também, tem de ser chamado a contribuir quando o Ministério da Saúde precisa e quando o governo federal precisa.



Vocês devem estar vendo nas rádios, TVs, jornais. Todo mundo já ouviu falar aqui do Programa Mais Médicos?

(A plateia responde afirmativamente.)

O Sr. JORGE SOLLA- Pois é. Deixem eu contar uma historinha para vocês. Melhor, deixem-me perguntar primeiro. Levante a mão quem mora no município onde está faltando médico.

(Muitos presentes na plateia levantam a mão.)

O Sr. JORGE SOLLA- Podem abaixar as suas mãos.

Agora, levante a mão quem mora no município onde não está faltando médico.

(Poucos presentes na plateia levantam a mão.)

O Sr. JORGE SOLLA- Podem abaixar as suas mãos.

A primeira pergunta vocês já responderam.

Então, vocês estão concordando com a presidente Dilma e com o ministro da Saúde que faltam médicos no Brasil e que precisamos de mais médicos no Brasil.

Deputado Zé Neto, pela primeira vez, a Presidência da República, melhor, a presidente Dilma teve a coragem, a ousadia e a determinação para fazer algo. Não sei se vocês perceberam, Dilma comprou a maior briga que alguém podia comprar neste País para defender a população brasileira. Esta é a maior briga que um presidente da República, neste País, já comprou para ficar ao lado da população.

Eu sou médico e fico à vontade para falar, porque os médicos, vocês sabem disso, são grupos fortes. Elegem prefeitos e vereadores. Os médicos têm acesso à população e têm um papel social muito forte. E as entidades médicas não querem que aumente o número de médicos no Brasil. E vocês sabem por quê? Porque, na sociedade capitalista como a nossa, a força de trabalho é uma mercadoria igual a qualquer uma outra. O que eu quero dizer? É oferta e procura. Se há muito feijão, o que acontece com o preço do feijão?

(A plateia responde: “O preço cai”.)

O Sr. JORGE SOLLA- Se tem seca e cai a quantidade de feijão, o que acontece com o preço?

(A plateia responde: “O preço sobe”.)



O Sr. JORGE SOLLA- Quanto mais médicos houver, menor será a expectativa salarial. Hoje, o que está acontecendo, aliás, hoje não, nos últimos anos, o que acontece? É a crise de crescimento do SUS. O que é crise de crescimento? Os municípios que só contratavam um médico passaram a abrir postos de saúde. O governador Wagner já construiu mais de 600 novos postos de saúde, repito, mais de 600 postos de saúde.

Então, o município, que contratava um médico, dois médicos, tinha um ou dois postos; agora, eles tem oito ou dez postos. Não precisa mais ter um ou dois médicos. Primeiro, foi o quê? Um leilão de quem dá mais. O prefeito pagava R\$ 100 a mais. O médico saía de um município para outro. Aí, o outro prefeito pagava R\$ 200 a mais. Ele saía e ia para o terceiro.

Quando bateu no teto que o município não conseguia pagar mais, aí veio o leilão ao contrário: quem cobra menos. Aí, o cara trabalhava cinco dias na semana. O prefeito do município vizinho dizia assim: “Venha para cá que eu vou pagar o mesmo salário que você ganha lá, mas só vai trabalhar quatro dias”. Aí, o médico foi trabalhar quatro dias. No mês seguinte, o prefeito de outro município disse: “Venha para cá que você vai ganhar o mesmo salário e só vai trabalhar 3 dias”.

E, agora, há vários municípios que têm médicos da família que só trabalham dois dias e ganham R\$ 15 mil, R\$ 18 mil, a R\$ 20 mil reais. (Muitas palmas)

Então, gente, nós precisamos de mais médicos no Brasil. A presidente Dilma tivesse tanto apreço a voto, Afonso, se ela gostasse mais de voto do que da população, não tomaria a medida que tomou. Felizmente ela gosta mais da população do que de voto. Porque médico dá voto e médico tira voto. Muito! Mas não é só médico, não. Agente de saúde dá voto e agente de saúde tira voto. A população dá voto e a população tira voto.

Observem como é importante isso: ter mais médicos na Atenção Básica, na Saúde da Família é ter mais enfermeiro, mais técnico de enfermagem e mais agente comunitário. Porque quanto mais equipe de Saúde da Família pudermos abrir são mais vagas para contratarmos agentes comunitários. E por que hoje muitas prefeituras não querem abrir vaga para contratar mais agentes de saúde? Porque não vai ter médicos para colocar na equipe.

Então, a falta de médicos significa menos trabalho para os enfermeiros, menos



trabalho para os técnicos e menos trabalho para os agentes de saúde. Ter mais médicos vai permitir ter mais equipe de Saúde da Família, mais enfermeiros, mais técnicos de enfermagem e mais agentes comunitários.

Pra encerrar, queria pedir a vocês o apoio para essa mobilização, o apoio na defesa da presidenta Dilma, apoio ao ministro Padilha. Assim, reivindicaremos mais contratações de profissionais médicos e ampliaremos o programa Saúde da Família, gerando mais emprego para os agentes comunitários de saúde.

Para concluir, além de todas as pautas trabalhistas, salarias e de mais recursos para a saúde, há algumas conquistas sociais que podemos avançar também. Inclusive, trazendo elas para os agentes comunitários. Nosso deputado Afonso foi secretário da Sedur e desde aquela época que conversamos sobre a necessidade de reivindicar e construir as condições para que no programa Minha Casa Minha Vida, a gente conquiste também casas para os agentes de saúde nos municípios. (Palmas)

Essa é, gente, uma reivindicação extremamente justa. O agente de saúde precisa ter a sua casa, o seu local de moradia, o seu espaço de residência. Sei que muitos têm. Mas há outros que não têm. Então precisamos ampliar o Minha Casa Minha Vida, o maior programa de habitação que este País já teve. Graças a ele milhões de brasileiros estão passando a ter casa. Já falei com o deputado Afonso e vocês vão pautar isso no Congresso. Vocês vão lá 13 e 14? Vamos colocar na nossa pauta de reivindicações também o Minha Casa Minha Vida para que possamos avançar nessa área. Obviamente que precisamos ampliar o Bolsa Família para aqueles poucos cidadãos baianos que ainda não tiveram acesso.

Eu já falei que vocês vão estar 13 e 14 em Brasília, há a proposta de projeto que está no Congresso e haverá o apoio para que possam ser criadas as condições para a negociação no Congresso. E já falei que a gente tem que buscar o dinheiro para pagar o piso. Temos que ter mais dinheiro para a Saúde, assim aumentaremos as conquistas dos trabalhadores da Saúde e da população. E precisamos ter nas prefeituras, nos governos pessoas comprometidas com essas lutas, com essas conquistas. Já falei demais, mas, com certeza, não podia perder a oportunidade de falar sobre isso estando aqui com vocês. Gostaria



de reiterar que a secretaria de Saúde do Estado, como sempre, está à disposição para trabalhar junto com vocês nos avanços da atuação dos agentes de saúde.

Inclusive, quem quiser organizar nas suas regiões encontros de agentes de saúde, vamos estar junto com vocês ajudando a organizar, mobilizar, como sempre estivemos, desde os primórdios da implantação do programa de agentes comunitários e agentes de endemias.

Muito obrigado, um grande abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-03****Ses. Esp. 02/08/13**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, vamos voltar a essa última parte da fala de Solla. Venho fazendo reuniões em várias cidades, e as cidades que quiserem nossa presença, principalmente nos encontros regionais, podem procurar meus assessores para marcar. Já começamos isso, nas regionais vou levar o secretário Solla comigo. Engana-se quem pensou que íamos nos esconder dessa história. É como Solla disse, temos que ouvir vocês, não tem conversa, bota faixa, vem reclamar, afinal nós chamamos vocês aqui para quê? Uma coisa é essa, a outra coisa é entender até que ponto podemos chegar e trabalhar para isso.

Quero anunciar aqui o pessoal de Olindina que pediu para registrar a presença. “Zé Neto, peça aos municípios que ajudem os agentes de saúde irem a Brasília participar da vigília.” “Zé Neto, alguns municípios do extremo sul têm creditado o não cumprimento das metas vacinais ao ACS, desconsiderando a falta de técnicos de enfermagem e poucas salas de vacina.” Isso aqui é do pessoal de Teixeira de Freitas. Registrar a presença do presidente e ex-presidente da Associação dos Agentes de Endemias de Santo Antônio de Jesus. É bom lembrar que foi ali que começamos um embate. Se não fosse o pessoal daquela região de Santo Antônio, talvez os agentes de endemias do Brasil inteiro não estivessem hoje na Constituição. Porque tinha um grupo, se não me engano do Ceará ou de Pernambuco, não me lembro exatamente, e uma parte do grupo de Goiás que achavam que se aumentasse o bolo para os agentes de endemias não daria para todo mundo. Só queriam agentes comunitários. Paramos quase 45 dias. O Sr. Roque teve uma atitude extremamente honrosa, disse que começaram juntos e iriam até o fim juntos. Aí falaram que eles não estavam organizados. Não estavam mesmo, era uma coisa muito desorganizada, porque os contratos eram muito mais efêmeros.

Candeias está presente. “Comitiva de Teixeira de Freitas e o companheiro agente de saúde e vereador Ailton.” O vereador Edmundo, de Santo Estevão, que colocou seu carro à disposição da turma. “Zé Neto, os agentes de saúde de Wenceslau pedem socorro.” Pessoal



de Wenceslau, sentem com Laís e agendem, porque estou doido para ir lá novamente. Algumas pessoas não estão sabendo, mas vamos em muitos municípios e temos ajudado nos debates com os prefeitos. E quando for município da base melhor ainda, porque sou Líder do governo e isso ajuda. Presidente Tancredo Neves também está aqui.

Vamos diminuir o tempo dos próximos oradores. Até para lembrar a Cristiane, que vai falar daqui a pouco, a questão do Minha Casa Minha Vida, que Solla tocou. O maior problema que tivemos começou aqui nesse encontro, há seis anos, naquele debate Minha Casa Minha Vida, que não tinha esse nome ainda, se não me engano chamava-se A Casa da Gente. Há três anos retomamos, não passou porque eles disseram que tinha que fazer conjunto, e agente comunitário não pode sair do bairro ou da região. Só que agora o Minha Casa Minha Vida Rural já está funcionando e faz por unidade. Aí havia outra dificuldade que tinha que ter tal terreno, isso também já está sendo ultrapassado. Estava dizendo aqui a Antônio Carlos que já conversamos com o ministro Padilha e estamos agora em conversa direta em Brasília com o pessoal da Caixa. Acho que nos próximos 2, 3 meses, dá para fazer um arranjo onde o agente que tem uma casa ou um terreno, ou que não tem uma casa, pode pegar o financiamento para comprar o terreno e construir a casa. Ou então reconstruir a casa com o valor todo em R\$50,00 por mês, ou nessa faixa de R\$ 25,00 a R\$ 75,00 por mês.

Então, vamos fazer isso com aquele mesmo implemento que foi feito em *Minha Casa Minha Vida*. Então, gente, vamos trabalhar.



5877-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Everaldo Braga

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- O próximo a falar é Everaldo Braga, secretário-geral da Fetram, por 3 minutos.

O Sr. EVERALDO BRAGA:- Bom-dia a todos e todas, quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Zé Neto e saudar a todos os agentes de saúde aqui presentes do Estado da Bahia.

Queremos lhe dizer uma coisa: sou servidor público municipal, não sou agente de saúde. Sou um agente da saúde, sou do Conselho Municipal de Saúde da cidade de Salvador e secretário-geral da Fetram – Federação dos Trabalhadores do serviço público do Estado da Bahia. Fiquei muito feliz com aquela faixa ali: Plano de Cargos e Carreira de todos os servidores.

Deputado Zé Neto, aproveitando aqui a presença do deputado federal Afonso Florence e do companheiro Luiz Alberto, que tem uma causa nobre na questão dos nossos povos negros, quero dizer uma coisa: a PEC foi reprovada, companheiros, mas temos uma saída principalmente aqui para o Estado da Bahia. O salário mínimo hoje é federativo, a lei permite que cada estado crie um salário mínimo, porque o salário mínimo que temos hoje no Brasil é um salário previdenciário, é questão só da previdência.

Então, podemos aqui, inclusive tirarmos um documento, Zé Neto, para que esta Assembleia possa votar um piso estadual dos agentes de saúde. Isso pode ser possível. A lei permite isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Já tentei isso aqui e constitucionalmente a questão salarial por ser um programa nacional, nós conseguimos no máximo colocar...

O Sr. EVERALDO BRAGA:- Zé Neto, me perdoe. O que pode garantir isso, companheiro, é a luta. Nada mais vai garantir para os agentes, governo nenhum, perdoe-me, sou da base, posso dizer assim, porque ajudei a construir esse governo, mas governo nenhum



vai querer o bem só dos trabalhadores. Quando falam de investimentos para a saúde se esquecem que quem faz a saúde somos nós, trabalhadores. A minha formação é de técnico de enfermagem, concursado no município de Salvador há 15 anos como técnico de enfermagem. Quem faz a saúde somos nós. E quando falam de saúde, falam em investimento para a saúde e se esquecem que o trabalhador é parte dela.

Outra coisa: estive há pouco tempo falando com a ex-vereadora Vânia Galvão, que foi uma das pessoas que criou a lei do assédio moral. E hoje a grande maioria dos agentes de saúde, dos trabalhadores de saúde, sofrem de assédio moral. Zé Neto, estamos, por exemplo, numa greve no município de Dias d'Avila e temos que ser verdadeiros como o companheiro disse, a prefeita de lá, que é do PT, está querendo cortar o ponto. Não senta nem para negociar com os trabalhadores e o trabalhador lá ganha um salário mínimo. Que vergonha! E mandou um projeto de lei para a Câmara sem discutir com os trabalhadores de 2,5% e só. Porque ela disse que a inflação do período dela, como se a administração pública não fosse uma continuidade, fosse uma empresa que eu comprei a partir de hoje, e os trabalhadores entraram em greve. Espero que vocês possam intermediar isso com essa prefeita para que os agentes de saúde de lá e os servidores não sejam maltratados como estão sendo.

Quero aproveitar também, Zé Neto, o seu tempo, como o companheiro falou que é muito pouco, eu também vivo nessa militância há muitos dias e a gente aprende a falar muito e às vezes falamos até pelos cotovelos. Mas quero dizer, Zé Neto, e aqui viemos para ouvir os agentes de saúde porque, infelizmente, os agentes governamentais só vão falar das benesses do governo, não vão falar das maldades que muitos governos têm feito contra os trabalhadores.

E quero dizer a vocês, para encerrar: qualquer que seja o município, se queremos ter alguma coisa de bom, temos que nos organizar para ir ao enfrentamento, porque se não formos, qualquer que seja o governo, ficaremos com o salário mínimo obrigatório.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5878-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Adenilson Rangel

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Everaldo, quero colocar-me à sua disposição. Vou tentar ajudar nessa intermediação com o prefeito. E, se for do PT, é mais tranquilo ainda porque fico mais à vontade para reclamar. Procure-me segunda-feira aqui.

Com a palavra Adenilson Rangel, vice-presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.

O Sr. ADENILSON RANGEL:- Bom-dia a todos e a todas. Que o retorno de vocês seja em paz, e Deus guie o caminho de todos.

Quero parabenizar a Mesa por mais este evento. Não adianta irmos a Brasília, mesmo os prefeitos dando os ônibus, e barrarem a discussão do nosso piso com seus deputados. Essa é a grande realidade. É a Confederação Nacional dos Municípios que trava todo o desempenho do piso nacional. Nós, agentes comunitários, vamos aos vereadores e deputados, conseguimos o ônibus para ir até lá e, ao chegarmos, o piso nacional não passa, não é votado, porque os prefeitos...

Olhem bem o que estamos dizendo aqui: queremos um compromisso do deputado Zé Neto para que haja uma reunião e uma discussão ampla com a presidente da UPB sobre o que ela acha do piso nacional dos agentes de saúde.

Na realidade, não adianta irmos lá brigar se os prefeitos dizem aos deputados para não aprovarem. Essa é a realidade. Vamos, nos mobilizamos, mas no final das contas, na hora do vamos ver, nenhum deles apoia a ideia. Dizem que dessa forma quebra a prefeitura.

A Prefeitura de Salvador tem um repasse, como todas as prefeituras. Pasmem vocês! Eles pagam menos do que um salário mínimo no base, R\$ 580,00. A luta é grande, e não contamos com ninguém. As entidades sindicais lutam contra um gestor que veio preparado para punir o batalhador.



Quem trabalha com prevenção merece respeito e valorização. E nós trabalhamos com prevenção. Cada centavo que é economizado deveria ser devolvido para nós, trabalhadores. É isso que ocorre.

O companheiro Nelson falou aqui, e não é demagogia, não. É que tem de sair daqui, sim! A Bancada dos deputados federais da Bahia tem o compromisso de agendar com a presidente Dilma Rousseff, com Padilha. Qual é a ideia? Por que não foi aprovado ainda o piso dos agentes comunitários se somos a menina dos olhos, se nós é que fazemos a saúde no município?

Temos de sair daqui com uma resposta dos parlamentares em cima da UPB. Por que a Confederação Nacional dos Municípios é contra o piso dos agentes comunitários se somos nós que levamos a saúde para cada município desses? Nós somos a saúde!

Então, companheiros, temos de pressionar para que esta Casa Legislativa faça o papel dela, que é de cobrar da UPB e dos Srs. Prefeitos não só o ônibus para irmos, mas também que apoiem o que queremos: o piso nacional.

Vamos conseguir, sim!

(Não foi revisto pelo orador.)



5879-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Luís Alberto

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, estou colocando 5 minutos para cada um. Só que no geral vocês estão tendo mais tempo. Eu vou transferir minha fala para vocês. O certo é todos falarem, mas as representações estão falando.

Falei com Nelson agora. Já acertamos marcar uma reunião com a UPB. Nelson, veja quem você convida. Marcarei essa reunião também com Quitéria, da UPB. Achei a ideia mencionada por Adenilson boa.

Minha assessoria está aí. Anote, Laiz, para fazermos essa reunião.

Com a palavra Luís Alberto.

O Sr. LUÍS ALBERTO:- Obrigado, Zé Neto. Quero saudar o deputado Zé Neto pela iniciativa; saudar o nosso colega Afonso Florence, vamos enfrentar essa batalha no Congresso Nacional; saúdo os companheiros representando o Ministério da Saúde, os trabalhadores que estão presentes no plenário, quem está nos salões – vi que os salões estão cheios de gente assistindo a sessão pela *TV Assembleia*.

O companheiro Adenilson levantou uma questão muito séria e muito importante. É verdade, Adenilson, que muitos prefeitos, eu diria a maioria, orientam, sim, seus deputados a votarem contra. Quero lembrar que quando aprovamos o piso nacional dos professores, com apoio da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores e maioria dos partidos da base, quais foram os governadores que entraram no Supremo Tribunal Federal contra o piso nacional dos professores? Todos os governadores do PSDB, todos entraram no Supremo Tribunal Federal contra o piso nacional dos professores. A mesma coisa poderá acontecer quando da aprovação do piso nacional dos agentes comunitários de saúde.

É muito importante relacionar essas questões, essas reivindicações com a questão da força política que em cada município se organiza para defender ou não uma política justa na área de saúde.



Quero lembrar que essa mesma oposição, quando o governo Lula estava caminhando para qualificar e melhorar a saúde pública no Brasil, quem liderou o fim da CPMF? Cinquenta bilhões de reais por ano foram retirados do sistema de saúde quando se derrotou a CPMF.

Não só aquilo era importante para aqueles que faziam falcatruas no sistema financeiro e eram monitorados pela CPMF; era para fazer a disputa política e impedir que o Sistema Único de Saúde avançasse cada vez mais e se fortalecesse. Sabemos que a base principal do SUS está aqui, são essas pessoas, essas mulheres e esses homens que sustentam a base do Sistema Único de Saúde. (Palmas)

Nós, companheiro Afonso, aprovamos duas medidas importantes para fortalecer a saúde pública no Brasil. A primeira, quando criamos um fundo social que receberá todos os recursos produzidos pelo petróleo do Brasil, que será aplicado em saúde pública. É bom dizer, existe na Câmara dos Deputados uma série de bancadas parlamentares, e uma delas, chamada bancada da saúde, nem sempre defende a saúde pública. Defende muito mais as empresas de saúde do que o sistema de saúde do nosso país.

Portanto, aprovamos o fundo social e agora aprovamos um debate, ainda não concluído, sobre a questão de carimbar os recursos dos royalties do petróleo do Brasil, sendo 25% desses recursos dirigidos exclusivamente à saúde pública no nosso país.

Não temos medo. Sou dirigente sindical e vou na mesma linha que o Solla colocou. Sou petroleiro e toda vez que fazia uma mobilização havia uma conquista. Era fundamental comemorar a conquista. Se eu não comemoro e não reconheço a conquista, a categoria também não reconhecerá. Ela se desmotiva porque dirá “não adianta lutar porque não conquistamos nada”. Ora, temos de comemorar para continuar lutando.

Essa categoria é uma das mais mobilizadas que recebemos no Congresso Nacional. Graças à mobilização de vocês, já aprovamos tudo aquilo que até o momento conquistamos. Tem de haver mais mobilização, sim. Não é contraditório, como disse o secretário Solla, comemorar as conquistas e pedir mais.

Para encerrar, acho um crime o que está acontecendo com essa mobilização dos médicos, contra os médicos no interior do País. Eu ando no interior, eu sou do interior. As



peças levantaram a mão aqui, quando Solla pediu para levantar a mão aqueles que moram em municípios que não têm médico. A maioria absoluta levantou a mão!

Os médicos brasileiros que são formados nas universidades públicas, pagas por vocês, pagas pelo imposto da população, se negam a trabalhar no interior com um argumento que eu não concordo. É evidente que nós temos de melhorar a infraestrutura da saúde no interior. É evidente, mas eu não posso concordar que um médico se negue a atender a população porque não tem a estrutura ideal. Ora, se não tem a estrutura ideal, então o agente comunitário de saúde também deveria se negar a trabalhar no interior porque não tem a estrutura ideal para que ele faça isso (Palmas). Isso é um crime contra o povo.

Portanto, está correta a presidenta Dilma Rousseff ao enfrentar esse debate. Quando eu vejo aquela turma pela televisão com aquele jaleco branco, com a cara de quem é da classe média, de que não tem problema de sobrevivência, de que não tem problema de saúde se negar a ir no posto de saúde para atender a população.

Para encerrar, deputado Zé Neto, ontem eu vi – acredito que todo mundo tenha visto – uma reportagem na qual o médico, em São Paulo, chegava com a cara mais limpa, marcava o ponto no posto de saúde do hospital e no mesmo momento abandonava o posto de trabalho para ir trabalhar em outro lugar e ganhar mais dinheiro. Essa é uma atitude criminosa que nós temos de repudiar.

Este é o momento em que os agentes comunitários de saúde e de endemias devem fazer mais movimentações, para que os recursos que estamos aprovando no Congresso Nacional tenham como fim, como objetivo fortalecer o Sistema Único de Saúde, principalmente a sua base mais importante que é o agente comunitário de saúde.

Um grande abraço, deputado Zé Neto. Parabéns pela sua iniciativa. Estamos juntos no Congresso Nacional no apoio a essa categoria.

(Não foi revisto pelo orador.)



5880-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Marinho Gonçalves da Silva

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, queria só registrar o seguinte...

O Sr. Marinho Gonçalves da Silva:- Eu gostaria de falar, deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Sr. Marinho Gonçalves da Silva.

O Sr. MARINHO GONÇALVES DA SILVA:- Em relação ao que o terminou de falar o deputado, acho que a maioria das pessoas que frequenta a escola pública não é tão preparada quanto os ricos. Os filhos dos ricos são mais preparados, no entanto eles estudam nas melhores universidades federais e estaduais, e os filhos dos pobres não têm a mesma oportunidade. A maioria dos médicos, hoje, é filhinho de papai que não quer morar no interior.

O secretário Jorge Solla também falou em relação aos acidentes. Eu sempre observo que na maioria das nossas estradas é permitido andar a 100, 110 Km/h. Para que construir carros que podem andar a 300 Km/h, se a maioria dos acidentes é causado pela alta velocidade?

(Não foi revisto pelo orador.)



5881-II

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Afonso Florence

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Obrigado.

Pessoal, quem falará agora é o deputado Afonso, mas antes gostaria de ler alguns comunicados.

Os agentes comunitários de saúde de Candeias perguntam se a verba do PMAQ pode ser usada para o aumento de salário dos profissionais do PSF, inclusive a ACS.

O presidente da Associação de Saúde de Ponto Novo pergunta se há uma resposta de quando será retomado os cursos técnicos de agentes. Aí é para você, Cristiano. Cursos técnicos de agentes.

Simões Filho pede socorro. Não tem transporte próprio.

Professores são impedidos... A letra está ilegível. Mandem outro comunicado com a letra mais bonita que eu leio no final.

Precisamos de ajuda para irmos a Brasília. O prefeito da nossa cidade, Candeias, disponibilizou apenas duas passagens.

O que pode ser feito para incluir os agentes de endemias na Portaria do ACS? Essa é uma luta. Acredito que tem de unificar ao máximo essas duas categorias.

Deputado Zé Neto, aproveito que você é do PT, o prefeito de Santo Amaro é seu amigo, então peça a ele para contratar novos agentes. Vou guardar este aqui para ele.

(Lê) “A Associação de Agentes de Endemias do Senhor do Bonfim agradece a presença do deputado Zé Neto na Conferência da Agricultura do dia 20 de julho, em Central. Assinado: Newton, agentes de saúde de Central, Odair, Lindomar, Tallita, Marinho, José Rodrigues”. Um bocado de gente. Um abraço ao pessoal de Central.

Zé Neto, os ACEs de Valença estão presentes e não estamos inseridos na atenção básica do município. É para me passar isso, Sr. Roque.



Quero registrar a presença do vereador Gilmar Santiago, Líder da Oposição na Câmara de Salvador. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o deputado federal Afonso Florence.

(Uma pessoa da plateia se manifesta.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Não posso deixar todos falarem porque não tem tempo para isso, mas o senhor diz que é um recado para Afonso, então pode falar.

(É feita a pergunta fora do microfone.)

O Sr. AFONSO FLORENCE:- Bom-dia, pessoal. Vou tentar ser rápido e objetivo. Quero saudar a Mesa, o deputado Zé Neto, as deputadas Fátima Nunes e Maria del Carmem, o deputado Luiz Alberto se retirou, o vereador Gilmar Santiago, Líder da Oposição e os companheiros e companheiras que estão aqui do Movimento de Agentes Comunitários e Agentes de Endemias.

Quero dizer a vocês, rapidamente, que temos que entender as lutas, o caminho que elas fazem, porque são bem-sucedidas e porque não são. Para ir a votação na Câmara federal, o colégio de Líderes tem que aprovar, tem que ter um número de deputados. Então, não é só um barbudo que assinou ou não. Vocês têm visto, às vezes, que na Câmara dos Deputados se fala que o deputado da base aliada não votou com a presidenta. É muito comum ficar só o partido dela, e não vou ficar aqui citando partido, porque acho que é a luta do povo brasileiro que precisa da saúde e dos agentes comunitários de saúde que prestam serviço de prevenção, que é um serviço fundamental que precisamos estruturar no SUS, que foi conquista de lutas sociais, foi emenda à Constituição por assinatura.

Eu, Zé Neto e Jorge Solla fazíamos o movimento juntos e naquela época saímos coletando assinaturas. Depois acompanhei o professor universitário, amigo e companheiro, o senador Walter Pinheiro, quero aproveitar para saudar sua representação, então, a gente, correndo a Bahia, eu ia como companheiro e ouvia muito agente comunitário dizer: “Deputado” – que ele era na época –, “nunca vamos conseguir a regulamentação, esta é uma luta que vai ser derrotada”. E foi conquistada.



Então, quando Jorge Solla fala, e eu concordo que a gente não tem só o que comemorar ou só o que lamentar, acho que aí está correto, nós celebramos. Quando uma pessoa tem dois anos de falecida, você lembra da recordação positiva, você celebra, e não comemora o falecimento. O povo brasileiro tem muitas recordações positivas, entre elas o serviço que vocês prestam ao nosso povo, que precisa de saúde preventiva.

Então, lutar pelo piso, pela unificação das categorias de Agentes de Endemias e Agentes comunitários, lutar por recursos do custeio de pessoal de município, porque é atribuição do mesmo desde que não comprometa sua capacidade de gastar dentro dos limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são metas. Agora não é verdade que dependa só da Câmara dos Deputados, do Senado ou da presidenta. Não é verdade também que dependa só dos prefeitos.

Então, uma reunião como esta, deputado Zé Neto - V.Ex^a está de parabéns! - permite que possamos identificar todas as partes dos caminhos a serem percorridos para chegar lá e ganhar. Não dá para os prefeitos e prefeitas ficarem sendo contra. Há muitos deputados que votam com a prefeita ou o prefeito. Tem de conversar com o Ministério da Saúde, porque este tem que dialogar sobre a pauta.

Não dá para pensar que o Ministério da Saúde aceitará transferir de uma vez só, porque uma hora é agente comunitário, outra hora é professor. Agora o Ministério da Saúde assumiu os médicos. Não vai transferir tudo para a União de uma vez só.

Nós temos uma luta que é o piso, a valorização da carreira, a consolidação do SUS, a inclusão na portaria dos agentes de endemias. Agora, qual é a parte que cabe à União, aos prefeitos e ao governo do Estado? Nós vamos ter que dialogar com todos eles, com as categorias organizadas, tanto dos agentes de endemias como dos agentes comunitários, sem permitir que haja contaminação. Todas as correntes sindicais são bem-vindas, mas não podem contaminar, ou seja, dividir a luta.

Então, essa coisa da unidade tem que ser comemorada. Estamos unidos para continuar a lutar.

Contem conosco na Câmara Federal. Vamos estar na mobilização do dia 13.

Muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-04

Ses. Esp. 02/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Queria dizer o seguinte: quando chamamos os deputados federais para esta Casa... (Pausa.)

Você está certo, filho. Tem que reclamar mesmo, e nós viemos a esta sessão para ouvir. Esses deputados federais aqui estarão do nosso lado.

Esta semana o Papa disse que os jovens agiram certo, foram para as ruas. E nós temos que ouvir os jovens. Mas os jovens têm que ouvir os idosos. Essas duas pontas têm de se encontrar. Sem que elas se encontrem, os idosos estão sendo excluídos do mundo.

Na Europa, onde há 23% de desemprego em países ricos, existem 50% de jovens que não estão trabalhando. Então, os jovens também estão sendo excluídos. Eles sabem muito, mas quem tem mais sabedoria são os idosos. Os jovens têm vigor, utopia e precisam ser ouvidos, mas eles têm de encontrar os idosos.

Lembrei-me de minha avó porque ela dizia uma coisa muito certa: “O que não é visto é esquecido.” Acho que o fato de vocês virem aqui hoje fará com que possamos levar aos prefeitos as insatisfações.

O secretário da Saúde levara para o governador as insatisfações. Temos representantes do governo federal. Estiveram nesta Mesa dois deputados federais, e está aqui o representante da Atenção Básica Nacional, que é quem cuida de vocês.

Então, é preciso levar esta discussão a quem tem capacidade - viu, Nelson? - de buscar este assunto e levá-lo às rodas de decisão. Isso é importante.

Nelson está aqui hoje e reclamou muito do governo. Está certo, pois tem esse papel. E vou com ele encaminhar outras coisas. Não estou aqui fazendo cara feia por isso, não. Pelo contrário. Nelson é meu amigo, meu irmão. Pode contar comigo para qualquer coisa.

Existem as divergências, que fazem parte do jogo. Então, vocês estarem aqui hoje podendo falar, isso é do jogo, gente. Não tem nada de errado.

Quero registrar a presença do pessoal de Macajuba.



Acabo de ser informado que os agentes comunitários de saúde de Campo Formoso já estão regulamentados, mas não receberam o termo de posse. Isso inclusive está dificultando a aposentadoria por invalidez e contribuição, pois perdemos parte da previdência própria.

Perguntam-me se um agente comunitário de saúde que conseguiu se aposentar como motorista pode também se aposentar como agente comunitário de saúde pela previdência própria.

Passem para nós estas questões de previdência para que possamos intermediar, junto com o pessoal de Cristiano, da Secretaria da Saúde.

Posso dizer-lhes que 90% dessas demandas que chegam para dialogarmos diretamente com os prefeitos têm caminhado bem. Boa parte delas é resolvida.

Essa parte de previdência é muito complicada. Por isso, citei no começo a questão de escolher a CLT pura. Deve-se ter cuidado. Recolher a previdência, mas também garantir a estabilidade, para que façamos as duas coisas. Não trocar uma coisa por outra, porque isso é perigoso.



5882-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. José Cristiano Soster

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Concedo a palavra a Cristiano, da diretoria de atenção básica da Sesab. Ele é quem cuida diretamente dessa relação da atenção básica. Então é uma pessoa que vai ouvir vocês, já ouviu muita coisa aqui e vai colocar o posicionamento da Secretaria nesse aspecto.

O Sr. JOSÉ CRISTIANO SOSTER:- Obrigado, Zé Neto. Primeiramente, acho que devo agradecer por esse momento. É de extrema importância a gente poder fazer esse debate, um debate franco, um debate onde somente companheiros, parceiros, vão conseguir falar diretamente a verdade. Somente um companheiro, um parceiro é que pode trazer alguém de sua casa para ouvir essas demandas. Por isso eu agradeço a Zé Neto, em nome dele, agradeço esse convite para que eu possa dialogar um pouco. Não vou conseguir falar sobre todas as demandas que acabam chegando na Diretoria de Atenção Básica, e muitas vezes as pessoas também não ficam sabendo do que a gente vem construindo lá. E essa oportunidade de poder falar para vocês é um momento onde podemos reconhecer e olhar no olho de cada um e cada uma.

Em nome de Seu Roque, pessoa a quem temos um apreço gigantesco, um apreço histórico, gostaria de abraçar e me congratular com cada um e cada uma de vocês. O que tem sido trazido como pauta histórica de agentes comunitários de saúde, agentes de combates a endemias, vem sendo trabalhado pelo governo do Estado desde 2007. Vocês sabem disso e o nosso secretário Jorge Solla já disse, de forma muito clara, que temos alguns avanços, e não são poucos. São muitas conquistas mas elas, hoje, em nossa realidade, na realidade de cada um de vocês não são suficientes em face da expectativa que vocês têm em relação ao reconhecimento como trabalhadores. É isso que faz a gente está se encontrando, aqui, hoje.

Eu tinha uma apresentação para fazer, mas devido ao tempo eu não vou fazê-la, em respeito aos outros que ainda faltam para falar. Mas o que eu posso trazer para vocês é claramente uma postura de governo que nós temos, um governo que vem, desde 2007,



trabalhando nesse reconhecimento e na garantia dos direitos de vocês. Esse direito iniciou-se muito através do diálogo entre o governo do Estado e de todas as corporações sindicais, associações de agentes comunitários de saúde, para que a gente conseguisse legalmente estabelecer um vínculo trabalhista. Conseguimos avançar, e muito. Ainda não está superado. Nos municípios em que ainda falta estabelecer essa lei, já estamos encaminhando isso . O Ministério Público, inclusive, está ciente dessa pauta.

Além disso, precisamos avançar, ainda, em uma discussão no que se refere a Emenda Constitucional nº 93, que é regulamentada pelo Projeto de Lei nº 7495, que é o pleito de vocês dos dia 13, 14 e 15 em Brasília. Mas para isso precisamos, acima de tudo, estabelecer um diálogo que possa garantir, de fato, os direitos de vocês. E isso é o que a gente vem trabalhando junto a todos os movimentos e associações sindicais dentro da Sesab.

Fizemos questão de trazer para cá uma discussão que a gente já vem fazendo desde fevereiro deste ano e que é uma das pautas que vocês trazem e que está ali colocada como um direito: o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos. Nós já estamos trabalhando nessa pauta desde fevereiro e já estabelecemos um GTI para que possamos estabelecer diretrizes para esse plano e negociemos com cada prefeitura, com cada Câmara de Vereadores, como nós já fizemos desde 2007. Desde 2007 estamos pautando e conseguimos avançar e aprovar nas Câmaras de Vereadores leis que estabeleçam um vínculo trabalhista aos agentes.

Agora, nós precisamos avançar. E nós queremos junto com vocês, da mesma forma, com a mesma força e com a mesma sintonia levar essa discussão para cada município e poder reformular os planos de cargos e salários para que incluam os agentes comunitários de saúde e que possam estabelecer, em leis municipais, naqueles municípios que ainda não têm. Para isso vamos precisar de todo apoio de vocês.

Isso mostra o quanto este governo está em sintonia, sim, com toda essa pauta que vocês vêm estabelecendo. É isso o que queremos. Não podemos mais estabelecer apenas uma relação de discurso e sim operacional. E é isso que a gente quer. É isso que a gente vem demonstrando.



Por isso conseguimos que 99% dos municípios da Bahia aprovassem leis em suas Câmaras de Vereadores. Agora, junto com vocês, queremos aprovar leis municipais que estabeleçam Planos de Cargos e Carreiras de Salários onde se consigam garantias de progressão para todos os trabalhadores agentes comunitários de saúde e agentes de combate à endemias.

É isso que queremos estabelecer enquanto direito. Precisamos ter, acima de tudo, acima de um piso salarial, garantias e direitos para todas aquelas pessoas que fazem 20 anos que estão atuando como agente comunitário de saúde e que quando existe um processo seletivo entra uma pessoa nova com o mesmo salário de uma pessoa com 20 anos de serviço. Queremos, nesse sentido, trabalhar de forma diferenciada, para que os municípios reconheçam este caminhar.

Queremos garantir que o curso de técnico de agente comunitário de saúde e o curso de agente sanitário possam ser reconhecidos como uma pauta e um avanço na carreira de vocês, porque sabemos que estabelecer um piso que ele possa estar com um ganho a cada vez que temos uma inflação ou que possa ser estabelecido pelo PIB nacional não dará o diferencial de qualidade que cada um e cada uma já demonstrou que tem nesse País.

Precisamos, claramente, nos dar as mãos, a fim de irmos para este embate município a município. Temos de poder olhar juntos e negociar com cada vereador e cada prefeito para que se possa estabelecer este piso no município e mais todos os avanços necessários que possam garantir a cada um de vocês fazer uma graduação ou uma especialização e ter esse reconhecimento em salário. É isso que precisamos também trabalhar. Quanto a isso, a gente já pode fazer a partir de hoje com negociação em cada município.

Não é necessário, muitas vezes, chegar e levar isso para o âmbito federal. Podemos fazer isso a partir da nossa casa e do nosso município. É isso o que nos estamos propondo. Este governo estadual, pautado pelos trabalhadores e atua apoiando os direitos dos trabalhadores, quer comprar esta briga junto com vocês. É dessa forma que queremos atuar. É junto com cada um e cada uma.



Há uma outra pauta trazida aqui e esta precisa ser retomada: o curso técnico de agente comunitário de saúde. Isso já está em pauta e vimos cobrando a contrapartida do Ministério de Saúde. (Palmas)

Para além de tudo, precisamos, também, reconhecer que este Estado está dando exemplo para o Brasil. Conseguimos formar, no primeiro módulo, 25 mil agentes comunitários de saúde. Vejam, em nenhum lugar do Brasil se conseguiu este avanço. Isso é graças a cada um e cada uma de vocês que se imbuíu e que possibilitou que conseguíssemos construir este curso.

Além disso, precisamos ainda estabelecer e garantir que os mais de 1.653 agentes comunitários de saúde que não fizeram o Módulo 1 possam fazê-lo, porque deve ter muitos agentes que ainda não conseguiram estabelecer o primeiro módulo. Reconhecemos isso.

Porém, precisamos avançar. Precisamos avançar juntos com os trabalhadores, porque o nosso governo é feito de militantes. Eu fui militante sindical e fui militante do Movimento de Saúde dos Trabalhadores. Eu vim para o governo, a fim de poder garantir que aquelas pautas nossas de trabalhadores, seja na Via Campesina, seja enquanto movimento sindical, pudessem ser viabilizadas.

E é isso que as ruas vêm-nos dizendo. As ruas vêm apontando caminhos para que buscássemos conquistar. Elas nos impulsionaram. Elas mostraram o caminho e apontaram para aquilo que precisamos fazer.

É isso o que vamos fazer, porque esse movimento das ruas é o nosso movimento, fomos nós que o embalamos. Ninguém pode negar isso. Quando se coloca um governo que é dos trabalhadores, é a isto que sempre nos propomos: ao diálogo e à construção coletiva. E é isso que estamos fazendo neste Estado. Não abriremos mão das nossas responsabilidades nem de muitas derrotas que tivemos, por embate e falta de apoio nessa relação muito mais ampla.

Temos certeza de que as nossas conquistas servem de exemplo ao nosso País. Elas foram construídas a partir de vocês, que nos colocaram aqui. Vocês, agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, construíram este governo e demonstram o caminho que precisamos construir. São vocês que vêm reivindicar e demonstrar o quanto precisamos



avançar. É por isso que não iremos nos eximir de nossas responsabilidades. Sabemos o tamanho da nossa pauta. E a nossa pauta, vocês é que colocam na mesa.

Então, gostaria de agradecer novamente a Zé Neto e dizer que estamos juntos nessa briga, que não é fácil.

Dia 13 estarei em Brasília com todos vocês, porque é uma forma de também poder estabelecer uma relação de diálogo junto com o Ministério da Saúde e responsavelmente negociar para que possamos avançar enquanto sociedade.

Agradeço este espaço, Zé Neto. Precisamos dar as mãos para contribuir com sintonia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-05

Ses. Esp. 02/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Cristiano veio, e foi bom porque ele está se colocando à disposição das lutas. Sabe das dificuldades que tem e que falta fazer muita coisa.

Ninguém está dizendo que está tudo certo nem deve dizer. O que está sendo dito é que tem outras partes do curso. Estamos falando da dificuldade com o curso, que é real. Mas, acreditem, nesse mar de dificuldades a Bahia é que mais deu passos nesse sentido. E queremos mais.

A coisa melhor do mundo é lembrar que eu era estudante e, se botasse a cara na rua, apanhava da polícia. Hoje é preciso ir às ruas fazer as manifestações. Só tem alguma coisa com a polícia porque, infelizmente, um grupo ou outro cria confusão. Mas é diferente daquela época em que não podíamos nem chegar às ruas. Hoje vemos milhões de pessoas nas ruas. Quando ocorre uma confusão aqui, outra acolá, não é gerada por proibição de ir às ruas. Nenhum governante atualmente tem coragem de dizer que é contra. Ao contrário. Tem de baixar a cabeça, ouvir e tentar solucionar.

(Uma senhora que não estava inscrita se manifesta de forma inaudível no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Essa é a quinta reclamação que recebo. Esse assunto não estava nem na pauta. Já é a quinta reclamação sobre a necessidade da ampliação de quadro.

Quero inclusive passar para vocês o seguinte: em Ponto Novo vão fazer a mesma coisa que farão com Santo Amaro. Farei uma indicação daqui da Assembleia, com mais de 1000 agentes presentes, com mais de 85 municípios. Isso vamos fazer. Agora, é bom que o Ministério da Saúde ouça. Cristiano, vamos ter que saber, porque existem alguns casos em que há até cota, em outros casos não tem condição nenhuma... Para irmos fazer esse diálogo... Pessoal de Ponto Novo, quero registrar também...

Vou passar a palavra para Antônio Carlos Silva, representante do Ministério da Saúde.



Riachão de Jacuípe presente; Nova Fátima, Campo Alegre; Sátiro Dias está presente.

(Lê) *“Zé Neto, o incentivo de adicional é para pagar os ACSs ou não? pois o seu amigo de Santo Amaro nunca repassou e o usa como 13º”. Eu defendo que passe para os agentes, viu. É a mesma coisa de Feira também, defendo isso. Minha posição é só uma, pode ser quem for;*

“O ACS de Candeias pede ao deputado Zé Neto que entre em contato com o secretário de Saúde de Candeais para que ele possa contribuir com a ida dos ACS para Brasília. O contato do secretário da Saúde...” Já botou aqui o contato do cara...

“Deputado Zé Neto, parabéns a você, sua equipe e convidados por estas oportunidade aos ACSs, pela força mobilizadora. Fico feliz enquanto enfermeira coordenadora de Atenção Básica. Você e os ACS têm a nossa simpatia e apoio e levaremos esse incentivo de mobilização aos enfermeiros. Contamos com o vosso apoio. Coordenadora de Atenção Básica Ana Cristina, secretária da Saúde de Antônio Cardoso.”



5883-III

Ses. Esp. 02/08/13

Or. Antônio Carlos Silva

Sessão Especial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vamos ouvir agora o representante nacional da DAB do Ministério da Saúde, o Sr. Antônio Carlos, que é quem cuida diretamente da Atenção Básica. Ele é a pessoa que é indicada tecnicamente e é da diretoria nacional. Então, no Brasil, ele é responsável por essa área e vai conversar com vocês agora.

O Sr. ANTÔNIO CARLOS SILVA:- Gente, queria agradecer o convite. Zé Neto, é uma satisfação estar aqui representando o Departamento de Atenção Básica, em especial com um público tão importante como os agentes comunitários de saúde. Queria referenciar-me a uma das pessoas que, na minha opinião, é um dos grandes representantes dos movimentos dos agentes comunitários de saúde no Brasil, que é Roque Nonato (Palmas). Roque, você fez e faz história de saúde pública brasileira. Foi um prazer dividir uma Mesa com o Senhor.

Jorge Solla, em nome de Cristiano, quero saudar o Estado, grande parceiro do Ministério da Saúde nas políticas, e mais do que parceiros um dos grandes responsáveis por tudo aquilo que Solla trouxe aqui de fato e de direito, como conquista da estratégia de Saúde da Família onde vocês são realmente o coração pulsante dessa política. Acreditem nisso, levem isso no peito de vocês, porque vocês são grandes responsáveis por essa revolução que a Saúde Pública, nos últimos dez anos, aconteceu no Brasil.

Bem, gente, antes de começar a falar, eu queria dividir a minha fala. Vou tentar ser o mais breve possível pelo horário. Não vou fazer a minha apresentação que trouxe. Ela traria alguns números e vou pedir a permissão para vocês para fazer uma fala que vai de uma fala institucional, porque represento o Ministério, e também uma fala de militante. Sou da área da Saúde, sou dentista. Trabalhei por cinco anos na ponta, dentro da estratégia de Saúde da Família, passei as coordenações, fui secretário, fui presidente de fundação estatal e consegui hoje estar representando o Departamento de Atenção Básica. Mas conheço na pele a



dificuldade por que vocês passam. Conheço as dificuldades que os municípios passam e conheço as dificuldades que o Estado e o Ministério da Saúde têm às vezes de implantar aquilo que quer mas não têm perna para isso. E esse tipo de movimento que vocês estão fazendo fazem com que pessoas do Ministério da Saúde se sintam apoiadas em lutar por financiamento e melhores condições de trabalho para vocês.

Gente, existe uma máxima que hoje a maior parte das pessoas, em especial estudiosas em saúde pública falam, que a Atenção Básica é a coordenadora e a ordenadora dos serviços e tendem, a cada ano, trazer mais responsabilidade para a estratégia, sem dar condições financeiras e condições estruturais para que essa coordenação e esse ordenamento se façam de fato. Estou mentindo? Será que, a cada dia, não são novas políticas que vocês recebem nos braços, nos colos e precisam executar?

A gente coloca a atenção básica como prioritária, mas, muitas vezes, não refletem – certo? – na mesma proporção no que diz respeito à infraestrutura e ao financiamento. Isto é fato.

Mas eu queria trazer algumas coisas que contrapõem um pouco com este discurso.

Para a gente dar importância à atenção básica e ao trabalho de vocês, isso, evidentemente, agrega responsabilidades. Mas estamos aqui hoje. E, em outubro do ano passado, nos mais de 20 anos do Sistema Único de Saúde, tivemos um dado não publicado mas que, para mim, representou o principal marco da política do governo federal para priorização da atenção básica.

Vejam, em outubro do ano passado, pela primeira vez na história do Sistema Único de Saúde, o dinheiro destinado à atenção básica superou o dinheiro para média e alta complexidade. Isso reflete, de fato, o modelo que Padilha defende, qual seja, o modelo em que a atenção básica não tem, apenas, a função assistencial mas tem, também, o sistema de filtro financeiro. O Sistema Único de Saúde, para mais de 100 milhões de pessoas, que não tem a atenção básica estruturada de forma a filtrar assistencial e financeiramente, ele não é sustentável.

O governo federal continua ampliando e vai ampliar cada vez mais o investimento, não só em investimento em infraestrutura mas também em investimento de pessoal. Aí, sim!



Quanto a isso hoje, eu digo de cadeira, pois ouvi essas palavras de Padilha: temos três grandes gargalos no Sistema Único de Saúde no ano de 2013 e temos de enfrentá-los.

São eles: um, o financiamento; dois, a infraestrutura. O Ministério da Saúde aprovou, só em construção nas duas últimas semanas, R\$ 2 bilhões. O financiamento o Pav-fixo foi reajustado em R\$ 3,00 linear em todas as suas categorias, entre outras ações, que depois eu falarei.

E o ponto mais importante é o terceiro. Padilha respirou fundo e, junto com o núcleo duro do Ministério da Saúde, falou: “A gente precisa aprender que quem cuida de gente é gente. Se a gente não colocar o trabalhador em saúde no centro da pauta da produção do cuidado com qualidade, a gente nunca vai conseguir um SUS de qualidade.” (Palmas) Essas foram as palavra de Padilha.

E eu me arrepio em ver um gestor comprometido com tantas outras coisas e colocar o trabalhador em saúde, ou seja, vocês como pauta central.

O piso salarial já teria acontecido se dependesse da vontade pessoal de todas pessoas com quem eu convivo e que trabalham no Ministério da Saúde. Mas, felizmente, estamos dentro de um sistema que tem regras e elas precisam ser cumpridas. Para que a gente consolide as nossas ideias, a gente precisa passar por passos.

Quais os passos? Este é um passo importante, qual seja, o da reivindicação de fazer ser visto, gritar e ir para rua. O segundo passo é a sensibilização de pessoas importantes como as que estão sentadas, agora, à Mesa que são os deputados estaduais e federais e as representações, como eu e o Cristiano, para que levemos este recado a pessoas que, de fato, vão permitir uma votação e uma aprovação.

Agora, vou fazer uma fala como amigo e como profissional de saúde saindo um pouco do institucional. Existe uma questão financeira e de operacionalidade. O financeiro é fácil a gente calcular. Hoje, a gente tem um repasse. O piso é tanto, mais os encargos e a gente chega ao custo. O Estado fez este custo e ficou assustado com esse custo de R\$ 108 milhões. Não é isso, Cristiano? A gente precisa discutir de onde vem esse dinheiro. Solla fez uma fala aqui extraordinária quando disse: “A gente discute aumento de investimento, mas tem de lutar por ele.”



O outro ponto, além da questão financeira, é que a gente precisa da questão política. Aí, o nosso deputado trouxe esta discussão que a gente precisa, de fato, fazer com que os nossos representantes abracem a nossa causa. Aqui e agora, como fala institucional, digo que o Ministério da Saúde apoia. O Ministério da Saúde sabe da importância e está disposto, junto com vocês, a viabilizar o piso salarial para a categoria de agente comunitário de saúde e de agente de endemias. (Palmas)

Há outro gargalo que a gente precisa dialogar, porque, também, não adianta só pedir e não entender, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei é um dos grandes gargalos. Não só o gargalo do piso, mas até mesmo o gargalo da ampliação. Nós temos municípios baianos que conseguiram credenciamento com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, do Melhor em Casa, Consultório na Rua, mas não conseguem viabilizar a contratação por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei ou inviabiliza ou empurra gestões municipais para terceirização. Infelizmente, é isso que pode estar acontecendo e que vai acontecer cada vez mais.

Eu escutei duas grandes propostas neste Plenário enquanto estava ali sentado. Uma é a do gasto com agentes comunitários de saúde não contar para o comprometimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso talvez seja o divisor de águas para o executor, que é o Município, na viabilidade não só do piso como também da expansão das estratégias do Saúde da Família. E a outra seria a unificação. Nós não só temos o agente comunitário de endemias, e o agente comunitário de saúde, temos também o agente social do Consultório de Rua, que tem um trabalho muito semelhante e é extremamente importante na inclusão social, que são agentes comunitários dos Consultório de Rua; temos agentes comunitários indígenas, hoje é um contingente importante. E eu acho, Zé Neto, que essa sua proposta de a gente levar a unificação do agente comunitário em saúde, com funções diferentes, pertinente. Que a gente financie de forma qualitativa esses profissionais é de suma importância.

Um dos estudiosos em saúde pública num evento a que fui no ano passado, trouxe uma reflexão que quero dividir com vocês, até para a gente começar a escutar vocês. Ele diz que o vínculo, aquilo que a gente estuda em Saúde da Família, uma das principais armas e potenciais da estratégia desse programa é construir vínculos com a comunidade. E por isso



vocês estão na comunidade, por isso o trabalho de vocês é fundamental. Só que ele diz: vínculo se constrói baseado na confiança.

Se a comunidade não confiar em vocês, vocês não construirão vínculos. Se a gente, o Ministério da Saúde, não confiar em vocês, a gente não constrói vínculos. Se o Estado não confiar em vocês, a gente não constrói vínculos. E o vínculo só é construído, de fato, qualitativamente, quando há confiança. E a proximidade, a escuta fazem parte do vínculo. Por isso o Ministério da Saúde está aqui abrindo a escuta para vocês, do lado de vocês, para que consigamos, de fato, conquistar uma qualidade de um SUS para vocês e para a população brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-06

Ses. Esp. 02/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Nós todos lhe agradecemos, Antônio Carlos.

Coloquei na Mesa mais representantes das categorias do que dos mecanismos. Eu ouvi algumas pessoas, porque acho que assim a gente vai dando um tom... Mas tem o horário dos funcionários da Casa, seria uma hora da tarde... Para montar uma reunião dessa, tenho que agradecer à *TV Assembleia*, pessoal da *TV Assembleia*, obrigado pela atenção, os meninos estão aqui e vocês do Plenário estão sendo transmitidos para o mundo inteiro. Salvador e Região Metropolitana é pelo canal fechado, pela *Sky*. Estamos ao vivo, estamos gravando tudo, inclusive vamos deixar à disposição no site toda a audiência pública, fazer alguns discursos interessantes para vocês verem no *Facebook – Depzeneto*. Vocês podem pegar todas as fotos, eu pedi para terem o cuidado de fotografarem todos os presentes aqui, e lá no *Facebook* vocês vão encontrar a carinha de vocês nesta reunião.

Antônio Carlos e esse aqui são os representantes em nível nacional da área de vocês. Estive com o ministro, conversei meia hora com o Alexandre Padilha na semana passada e lhe disse: Alexandre, os agentes vão envelhecer desanimados? Não pode, tem que dar um *up grade* neles, são importantes, já deram o resultado que vocês estão vendo. O resultado é dado todo os dias. Mas a melhoria deles não está chegando na mesma velocidade e está muito distante do que é preciso fazer para alcançar mais êxito.

Alexandre coloca a mesma coisa que ele colocou: nós precisamos também... Há uma disputa política nesse processo, gente. Lá no Ministério, há briga por recursos. Quando Sola disse, uma coisa aqui que é para guardar: sabe quando foi quem investimos 12%/ Nunca. Investimos 12% , pela primeira vez, em 2007, quando Wagner chegou, foram 12,5%. Demos um aumento, naquele ano, par a atenção básica de 25%, quando a inflação era 6%, porque a gente não podia botar o dinheiro no Programa, botava o dinheiro na atenção básica para chegar em vocês.

A gente tinha uma dificuldade terrível aqui com relação a precarização. Hoje, o que vocês tem que tomar também como horizonte é fazer com que essa parte do dinheiro que



chega de Brasília, chegue mais integralmente para vocês, porque tem município que dá e tem município que não dá.

Tenho aqui: “Zé Neto, nós precisamos aqui de sua presença para dar alguns esclarecimentos...”

O Sr. Benivaldo de Melo Santos:- Gostaria de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pode falar, depois eu leio o resto para encerrar por causa do horário.

O Sr. Benivaldo de Melo Santos:- É o seguinte, deputado Zé Neto. Quero dizer que foi feita uma sessão especial como essa, que é importantíssima não só para o estado da Bahia mas para todo o Brasil. É preciso pensar. Primeiro, porque eu saí de casa às 5h para vir aqui, estou sem tomar café e minha fome é de debate. Não queremos ser plateia, queremos ouvir e também ser ouvidos. (Palmas)

Então é preciso que se repense essas sessões especiais, essas audiências, porque o secretário falou da importância do agente comunitário levar saúde ao povo, porque ele não falou de quem vai cuidar da saúde do agente? (Palmas)

Gente, os municípios estão matando a gente com as demandas do Ministério da Saúde. Então é preciso repensar essa política, porque não dá para vir aqui, acordar às 5 h para ouvir e não ser ouvido.

Então, meu querido, eu quero dizer a você... Sei que é parceiro, sei que você é companheiro, mas é preciso a gente dizer. Caramba, tem um bocado de picareta no Congresso, a gente precisa tirar e botar representantes como você lá para representar a gente, que tem compromisso com o povo. (Palmas)

Eles precisam dar o piso. O que estamos pedindo é muito pouco, tem como combater a corrupção. Com Mané Garrincha foram gastos um bilhão de reais (Palmas). Por que para isso tem dinheiro e para a gente não tem? Então, esse governo precisa repensar isso. É o governo do PT, é o governo de todos. Não é porque é do PT que tem que bater. Os prefeitos também têm culpa. A saúde está sucateada, por causa dos prefeitos, não é só Dilma, não. É preciso que os governos estadual e federal fiscalizem as prefeituras, porque não fiscalizam. (Palmas)



Então, para concluir, temos quem nos representem aqui na Mesa, mas não representam os anseios da maioria do Estado da Bahia. Temos sindicatos que não dão assistência e que deveriam dar e a gente precisa estar discutindo isso, gente. (Palmas)

Então, deputado Zé Neto, eu peço que nas próximas sessões faça com mais tempo para que a gente possa discutir, debater e mostrar os anseios dos nossos amigos que estão sofrendo lá na ponta. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vocês estão certos. Eu ouço vocês e se pudesse ficava aqui o dia todo, mas o que temos que fazer são outros formatos. O formato de uma audiência pública é esse que vocês estão vendo aqui, por isso que a gente faz com as apresentações. Estou quebrando o protocolo várias vezes. Pelo protocolo de uma audiência pública isso não poderia acontecer, teria que ter os representantes de vocês e os representantes institucionais. E o que eu fiz? Ouvi vocês, ouvi aqui, ouvi ali, porque acho que o correto é tentar ao máximo ir quebrando o protocolo para a gente ter mais conteúdo.

Quero o seguinte, vou puxar não mais em Salvador, vocês vão viajar, vão voltar, vão ver qual é o estado que vem de lá, tem coisas que vão adiantar. Uma coisa é a discussão do piso que está aí, é claro, é nacional. Mas, por exemplo, eu peguei um tema aqui – Dani, anote – que vai para o documento que vamos encaminhar para todos, para as cidades que estiveram presentes aqui. Esse documento vai ser entregue; e quero fazer os encontros regionais.

Vamos fazer o seguinte: você está pedindo um debate em que tenhamos em um turno essa apresentação, e no outro turno, o debate. Enfim, não quer apenas uma audiência pública. Então eu proponho que seja feita numa cidade do interior, mas as pessoas vão ter de passar o dia e ficar para o outro. Não é tão simples, mas estou dizendo que você está certo, acho correto o que diz, eu penso assim, mas quando a gente vem com uma limitação de tempo e de formato, acaba tendo essa dificuldade.

Mas vou dizer aqui, Sr. Roque, Sr. Nelson, me ajudem, vamos conversar um pouco para ver qual a cidade onde podemos realizar esse tipo de evento, tendo um tempo para chamar novamente – Antônio Carlos e Cristiano, se virem para vir – para fazermos esse debate.



Agora, o de hoje, eu vou levar para o meu arsenal. Antônio Carlos vai levar para Brasília e você vai levar para Salvador, para a Secretaria de Saúde, um tema que, para mim, estava passando solto. E peço até perdão, porque estou tão envolvido com vocês, mas ia passando uma coisa simples que está a nossos olhos. Nunca mais houve concurso para agentes, a maioria dos municípios está sem seleção ou sem concurso novo. Está ficando carregado, as pessoas estão se aposentando, as demandas dos municípios estão crescendo, está ficando apertado. E esse vai ser um dos pontos que vai passar a ser bandeira nossa aqui no Estado.

Outra pergunta que chegou: “O 14º salário é para ser usado como gratificação para o agente comunitário de saúde ou deve ser usado na manutenção do programa, como muitos gestores fazem?” Não, é para ser usado para o agente; está errado usar na manutenção.

Olha, vocês lembram, tem uma foto neste boletim. Isso aqui foi em Esplanada, em 2003, eu acho. Naquele período, havia gestor cobrando de vocês ISS. A gente saiu... Lúcia Gutemberg foi muito importante naquele momento, saímos eu e ela e fomos – lembra disso, Nelson? – para reuniões pelas cidades. E em cada uma dessas cidades colocávamos uma reclamação no Ministério Público. Com isso, os prefeitos voltaram atrás, mas cobravam ISS de agentes. Então, essas coisinhas vamos ter que resolver também no dia a dia da gente.

Plano de saúde já. Não ficou com o Planserv, porque havia um limite mínimo, e esse limite não era alcançado pela maioria. Vou rever isso, saber se já alcança o limite mínimo. Coloque na conta para perguntar qual é o valor do limite mínimo, porque hoje boa parte dos municípios está pagando acima de R\$ 800. Infelizmente, muitos ainda não chegaram lá, mas vamos ver se, com esse limite, já se consegue alguma coisa nesse nível.

Outra pergunta: “Somos agentes de combate a endemias em Simões Filho e não recebemos transporte.” Vamos encerrar, já estamos terminando. A Associação de ACSs de Vera Cruz se faz presente e também se queixa de que há mais de 15 anos não tem contratação. A Associação de ACSs de Inhambupe precisa de patrocínio para Brasília.

Mais uma: “Qual é o papel dos RA, Representantes Administrativos, nos PSFs?”
Outra: “Os ACSs de Itarantim e municípios vizinhos agradecem a Zé Neto o apoio a sua



classe. Aguardamos a sua visita”. Itarantim, me chame. Itarantim e Maiquinique, faço questão de ir de ir a essas cidades.

Outra: “Zé Neto, nós, ACS de Valença, não estamos inseridos no PAB, Plano de Atenção Básica dos Municípios, não recebemos os R\$ 950 e os benefícios da base, insalubridade, especialmente. Queria que voltasse para esse assunto. Obrigado.”

Mais uma: “O 14º salário é para ser usado como gratificação para os ACS ou ...”

A Srª Ana Paula Medrado:- Gostaria de fazer uma pergunta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Ana, rápido, porque você é da casa, eu posso falar depois; o povo de fora, não. Seja rápida.

A Srª Ana Paula:- A pergunta que eu gostaria de fazer ao Ministério da Saúde é quando os agentes de endemias vão estar inseridos na atenção básica? (Palmas)

Essa é uma pergunta que estou ansiosa para fazer desde o início, eu acho importante, porque os agentes comunitários já estão inseridos, nós sabemos, na atenção básica, se fala muito do 14º salário, do incentivo, mas nós tínhamos que lembrar, como o senhor muito bem colocou aí, - a fala de todos foi aplausível quando o senhor falou da profissão do agente de saúde como um todo - mas nós temos que lembrar que o agente comunitário cuida da família, não devemos esquecer isso, e o agente de endemias cuida da casa. (Palmas). Porque, como o secretário de saúde colocou, muitas famílias deixaram de perder seus filhos por causa da desnutrição, mas muitas famílias, também, deixaram de ter vidas ceifadas por causa da dengue e de outras endemias. (Palmas)

E nós queremos, também, nessa proposta, Zé Neto, que foi feita da unificação do agente de saúde, não mais comunitário e de endemia, mas da unificação do agente de saúde, que nós estejamos inclusos na atenção básica, porque o SUS foi feito para todos, o SUS não veio para excluir, e nós, ainda, estamos excluídos da atenção básica. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- O último a perguntar, por favor.

O Sr. Leandro França:- Sou agente comunitário de saúde também. Quero falar com o Cristiano. Já tivemos várias denúncias falando dos municípios que não estão fazendo os concursos para agentes comunitários de saúde. Desculpe a minha ignorância, mas pelo que eu tenho entendido e pelo que a gente tem buscado, a autonomia foi passada para os



prefeitos, para o município, e quando eu fiz foi a Sesab que foi lá, com a equipe, eu fiz tudo e a prefeitura não tocou o dedo. E como eles têm essa autonomia, estão manobrando para ficar em condições de colocarem quem eles quiserem (palmas). Eu acho que essa autonomia tem que voltar para a Sesab, a atenção básica, acabar com isso e a gente parar de ficar sobrecarregado com várias famílias.

Era só isso que eu queria falar. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Por favor, gente, eu estou quebrando todo o protocolo hoje. Aqui na frente tem um pessoal que escreve tudo o que está acontecendo aqui, tudo o que está sendo dito, o limite é até às 13 horas, eles já estão aqui trabalhando fora do horário, vocês são trabalhadores, outros também são.

A Sr^a Edna:- Eu sei, Zé, das limitações de todos vocês. Eu sou Edna, sou do movimento da transparência, uma oposição ao sindicato, e a gente vem fazendo uma discussão ao longo dos anos a respeito da categoria. Junto a isso, só fomos parceiros, Zé Neto, nessas discussões e de outras mais.

Mas, quero falar diretamente à representante do Ministério da Saúde, porque eu acho que nesse momento, dentro do Estado e do município existem algumas questões que o ministério tem portarias que baixam deliberações. Exemplo: há um repasse desse adicional, e a reclamação é de um modo geral, o repasse do adicional aos agentes comunitários de saúde, que era denominado de 13º salário, que não é 13º, é uma ajuda de custo, uma gratificação que é repassada pelo combate à dengue, etc, e outros demais serviços. Quando houve a discussão, dentro do Estado da Bahia, para a despreciação, os concursos, alguns prefeitos suspenderam o repasse com a alegação de ilegalidade e inconstitucionalidade, o que o Supremo Tribunal não reconheceu essa inconstitucionalidade. A gente quer entender como é que o Ministério da Saúde ainda continua fazendo esse repasse denominado a esses servidores, que não chega até a definição total.

Segundo, e aí eu vou voltar de novo, Zé, é rapidinho, eu sei que é complicado, mas, infelizmente, quando dói a gente tem que falar. E aí vem o detalhe: a gente tem um problema dentro do Estado, e aí eu acho que não é só Zé Neto, mas Cristiano tem que acompanhar.



Quando se fala em desprecarizar, quando se criou o GT, a gente participou, a gente construiu. Massa! O concurso público, acho que é um passo, sim, para a desprecarização, mas quando se cria também as condições para desprecarizar dentro do Estado da Bahia. Porque, por exemplo, em Simões Filho, vou pegar pertinho da gente, o concurso público diz que os agentes têm direito apenas a salário mínimo. O prefeito de lá não repassa transporte, alimentação, nada. Trabalha-se 8 horas, temos que fazer um acordo para reduzir para 6 horas, e nós vamos fazer essas intervenções.

Então, isso não é desprecarizar. Desprecarizar é dar também condições.

Então, quem está dentro desse GT observa como é que se está criando as leis dessas portarias para concurso público. A gente chamou a atenção, inclusive, Dr^a Edelamare,... Olhe, Zé Neto, eu tenho que falar, porque se eu não disser, você não vai saber por que estou chorando. Concorda?

Afinal, estou aqui com meus líderes e com meus representantes políticos. É aqui que tenho que dizer onde está doendo. Não adianta eu parabenizar você e dizer onde é que avança, certo? Então, tem essa questão, a gente vai desprecarizar, mas quando vierem também as condições. Portanto, não adianta só chamar concurso público. Não adianta só colocar as leis. Tem que vir uma lei, mas uma lei que garanta direitos, que fale de saúde do trabalhador.

Nós temos agentes comunitários e agentes de endemia morrendo ou doentes, acamados, sem condições, porque não há saúde do trabalhador. Não tem discussão. A gente que é de endemia... vou pegar o exemplo de Salvador, que está bem perto de mim. Teve um produto que eles começaram a usar há pouco tempo. Houve, sim, a pesquisa para o combate ao mosquito, mas não teve pesquisa sobre o efeito nesses trabalhadores. E muitos deles estão com reação alérgica, com reação de contaminação, e não tem uma discussão com clareza, dentro do Estado, dentro dos municípios.

É isso que a gente quer. A gente avançou? Avançou. Parabenizo este governo, porque este governo parou e olhou, mas é hora também de escutar para a gente avançar. (Palmas)



O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Edna falou por quase 5 minutos, mas tudo bem. É por isso que estamos aqui, hoje e há muito tempo, discutindo um dos pontos básicos, que é o plano de carreira. Sem essa derivação, não vai.

O Sr. Antônio Carlos Silva:- Bem, vou tentar ser o mais rápido possível, tentar ser o mais esclarecedor possível.

Na questão do agente comunitário de saúde, o Ministério da Saúde, não sei se vocês acompanharam, lançou uma portaria a qual vinculava aos municípios. Haveria a necessidade de construir um projeto territorializando, da mesma forma que territorializa o agente comunitário, vinculando os agentes comunitários às unidades. O Ministério da Saúde entende que esse é o formato mais potente.

O fato de a gente unir a força de trabalho do agente comunitário de saúde com a do agente de endemias – porque o objeto o objeto de trabalho de vocês é muito semelhante, como você diz, cuida da família e cuida da casa – potencializa. A gente entende, isso faz parte. Fizemos uma portaria com a qual a gente vinculava e premiava os municípios que tivessem essa iniciativa. Essa portaria não foi bem aceita, porque o prêmio era anual e não dialogava com a realidade do município em executar a equiparação salarial.

O que foi feito? Está sendo estudada uma portaria nova, que deve estar ainda esse mês sendo publicada, que vai trazer, não só no mesmo formato, o fato de estar agregando agente comunitário de forma territorializada, a cada mil habitantes. É, portanto, um formato diferente: a cada mil habitantes, um agente de endemias. Mas é diferente do agente comunitário, por causa do processo de trabalho.

Mas isso ainda vai ser discutido depois. Só para vocês entenderem. Por exemplo, se você tem um PSF com 4 mil habitantes, teriam quatro agentes de endemias lá, vinculados à equipe. Ele faria parte não mais da vigilância epidemiológica, como é hoje, e fica distante, numa caixinha.

E associado a isso, agregar o financiamento tal qual o agente comunitário recebe, que é o incentivo que a gente passa. Eu queria deixar claro, gente, que nem conversei com Zé Neto, porque o que acontece? A portaria vigente, hoje – e isso precisa mudar, estou dando minha opinião particular –, cria um incentivo ao Programa de Agentes Comunitários de



Saúde, não disciplina o uso dele. A portaria não dá conta de algumas reivindicações que vocês estão fazendo aqui. Por exemplo, sobre 13º, 14º, ela é superficial. Cria o recurso para a implantação de um programa. E para tal implantação passeia por todas estas necessidades: de infraestrutura, da bicicleta, da questão dos uniformes, disso tudo que eu estava lendo. Nisso, em alguma medida, a portaria falha, porque acaba deixando sob a responsabilidade do gestor e da interpretação dele. É complicado!

Como vocês estão sinalizando, talvez fosse melhor detalharmos o programa de forma a dar-lhes garantias de condições de trabalho. Essa tem de ser uma reivindicação de vocês. Mas hoje o que está dado, a portaria, nesse 13º depósito, também vem da mesma natureza. Pode ser e deve ser utilizado para o programa. Mas essa negociação deve ser feita com a gestão municipal ou construiremos instrumentos mais específicos para que se dê conta do uso desse recurso.

Da mesma forma com o PMAQ, Programa de Melhoria e Acesso à Qualidade. Vou responder mais essa, Zé Neto, porque tinham feito anteriormente e não respondi. Foi feita a pergunta: “Pode ser usada como repasse para os funcionários agentes comunitários?” Sim. Inclusive, há aqui presentes alguns colegas que já me viram em seus municípios ou em videoconferências incentivando que o Ministério da Saúde incentive as prefeituras a criar instrumentos para pegar o dinheiro do PMAQ, a fim de gratificar de forma variável o trabalhador. Isso é legal. Pode ser através de decreto, normativa ou lei municipal. A gente defende no Ministério da Saúde uma lei municipal que garanta o prêmio para vocês, pois lhes dá segurança, já que, independentemente do gestor, ela só cairá se a Câmara derrubá-la. Não é o prefeito e a canetada dele que tiram o direito de vocês. Então reivindiquem.

Já estive em Dias D'Ávila conversando sobre isso e em vários outros espaços. A discussão da remuneração variável, utilizando recursos do PMAQ, é legítima. O Ministério da Saúde defende esse formato e está à disposição para discutirmos.

Desculpem a questão do tempo. Foi um prazer estar aqui com vocês. Deixarei os meus contatos com o pessoal e estou à disposição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero, em primeiro lugar, agradecer muito a cada um de vocês. Pessoal, eu estava aqui com uma ideia. Não dá para a gente fazer uma



assembleia. Mas em outubro seria um bom mês para fazermos esse encontro: de manhã, este formato; de tarde, debate; e no fim do dia um documento elaborado, analisando cada ponto que avançamos. Acho que não será em Salvador, mas no interior. Aqui é confortável para o pessoal da capital, mas o do interior também quer ser contemplado. Então vamos fazer lá. Veremos qual será a cidade mais adequada, quais serão as condições físicas de cada uma. Vocês concordam que seja em outubro? Quem for a favor levante a mão. À unanimidade. Vamos fazer em outubro. Em 04 de outubro, Dia dos Agentes Comunitários do Brasil, realizaremos um grande evento para buscar as colocações feitas nesta sessão.

(Discussão no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Então depois a gente escolhe melhor a data.

Queria encerrar esta reunião dizendo que passaram por ela mais de 80 municípios e mais de 1.300 agentes comunitários. Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas e das Sr^{as} e Srs. Deputados. E solicito uma salva de palmas para os trabalhadores da Assembleia que nos permitiram 50 minutos do valioso tempo deles. (Palmas!)